UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ENFERMAGEM

MARCIA CRISTINA DA CRUZ MECONE

**REPRESENTAÇÕES DA ENFERMAGEM NA IMPRENSA
PAULISTANA: *A Gazeta* 1942-1945**

SÃO PAULO

2009

MÁRCIA CRISTINA DA CRUZ MECONE

**REPRESENTAÇÕES DA ENFERMAGEM NA IMPRENSA
PAULISTANA: A *Gazeta* 1942-1945**

Dissertação apresentada à Escola de
Enfermagem da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de
Mestre em Enfermagem

Área de Concentração:

Administração em Enfermagem

Orientador:

Prof. Dr. Genival Fernandes de
Freitas

SÃO PAULO

2009

Nome: Márcia Cristina da Cruz Mecone

Título: Representações da Enfermagem na imprensa paulistana: *A Gazeta* 1942-1945.

Dissertação apresentada à Escola de
Enfermagem da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em
Enfermagem.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Catálogo na Publicação (CIP)

**Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**

Mecone, Marcia Cristina da Cruz.

Representações da enfermagem na imprensa paulistana: *A Gazeta* 1942-1945 / Márcia Cristina da Cruz Mecone. – São Paulo, 2009.

105 p.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr^a Genival Fernandes de Freitas.

DEDICATÓRIA

Ao meu filho, e aos meus pais.

Ao primeiro por ser a razão e a alegria da minha vida, que nesses anos me ensinou o valor imensurável da maternidade, demonstrado com companheirismo, carinho e compreensão nas minhas ausências. Obrigada por você existir.

Aos pais, fonte de aprendizado, reconhecimento e respeito pelas oportunidades bem ou mal sucedidas durante o percurso da vida. Obrigada pela paciência e preocupação comigo.

AGRADECIMENTOS

DEUS, a quem agradeço todos os dias pela minha existência e perseverança, porque tem sido o meu refúgio, minha força e amigo de todas as horas.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, manifestaram apoio para que este trabalho se concretizasse.

Prof^º Dr Paulo Fernando Souza Campos, mentor da minha carreira acadêmica, que na sua competência profissional, disposição e generosidade soube dar-me apoio, respeito, incentivo e por ter demonstrado o caminho ético no trabalho intelectual.

Prof^º Dr Genival Fernandes de Freitas, Orientador, pela competência profissional, por ter acreditado em mim, pela paciência, amizade desenvolvida, compreensão e incentivo demonstrados durante esses anos de trabalho juntos.

Prof^a Dr^a Taka Oguisso, Coordenadora do Grupo de Pesquisa História e Legislação da Enfermagem da EEUSP, pelas suas lições de inteligência e simplicidade na formação do conhecimento, ética profissional e busca incessante pela valorização da História da Enfermagem.

Minha família, pelo apoio e compreensão sempre.

Enfermeira Marina Vaidotas, minha coordenadora no Hospital Albert Einstein, por ter acreditado em mim, pelos desafios que me proporciona e por ter viabilizado das mais diversas maneiras para que este trabalho fosse concretizado.

Toda a equipe de enfermagem da Unidade de Primeiro Atendimento (UPA), pelo apoio e incentivo constante.

Enfermeiras amigas da UPA, Aline Malet, Aline Pardo, Miriam Medeiros, Milka de Almeida, Ana Paula Bagdanavicius, Nilcéia, Tania Tavares, Lourdes Segawa e demais as colegas da Unidade que de alguma forma colaboraram com amizade, companheirismo e apoio em todos os momentos.

Amigos, Luiz Fernando, Bernardo Monteiro, companheiro Tiago Braga, Fabiana Barbeito, João Luiz Erbs, Elizabete Galvão, Bruna Sousa, Simone

Bolchi, Patrícia Macedo, Eliana Mendonça, alguns mesmo à distância, mas com paciência e companheirismo me despertaram o reconhecimento de uma amizade verdadeira.

Especialmente à Profª Ms Alessandra Rosa Carrijo, amiga, que com sua força de caráter, determinação e excelência profissional, mostrou-me o caminho para meu ingresso na área acadêmica.

Claudio Mecone, meu irmão, mentor dos trabalhos técnicos, pela disposição de sempre, pelo apoio, amizade e confiança.

Profº Dr Fernando Porto, pela colaboração e importantes sugestões.

Inês e Michele, pela colaboração e por tudo que vocês fizeram para que este trabalho acontecesse.

Enfermeira Adenita dos Santos Cruz, pelo apoio desde o início da minha carreira profissional, seu exemplo de equilíbrio e presteza sempre foram base para o meu desenvolvimento como pessoa.

Equipe de funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, pelo atendimento sempre gentil e eficaz durante as pesquisas.

Perguntas de um operário que lê

Bertold Brecht

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
 Nos livros vem o nome dos reis,
 Mas foram os reis que transportaram as pedras?
 Babilônia, tantas vezes destruída,
 Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
 Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
 No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
 Foram os seus pedreiros? A grande Roma
 Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
 Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
 Só tinha palácios
 Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
 Na noite em que o mar a engoliu
 Viu afogados gritar por seus escravos.*

*O jovem Alexandre conquistou as Índias
 Sozinho?
 César venceu os gauleses.
 Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
 Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
 Chorou. E ninguém mais?
 Frederico II ganhou a guerra dos sete anos
 Quem mais a ganhou?*

*Em cada página uma vitória.
 Quem cozinhou os festins?
 Em cada década um grande homem.
 Quem pagava as despesas?*

*Tantas histórias
 Quantas perguntas*

Mecone MCC. REPRESENTAÇÕES DA ENFERMAGEM NA IMPRENSA PAULISTANA: *A Gazeta* 1942-1945. [dissertação]. São Paulo (SP): Escola de Enfermagem da USP; 2009.

RESUMO

Este estudo teve como objeto analisar as representações da enfermagem veiculadas pela imprensa paulistana no período de 1942-1945, anos em que o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial junto ao Bloco dos Aliados. Foram estabelecidos como objetivos do estudo identificar na mídia impressa do período delimitado (1942-1945) os achados iconográficos, bem como os tipos de notícias que evidenciavam a enfermagem como pressuposto de uma estratégia política para constituição de um *front* interno na capital paulista; analisar e discutir o perfil da enfermeira representado na imprensa através da formação proposta pela Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha – Filial do Estado de São Paulo. Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, exploratório, embasado nos pressupostos da História-Social. O *corpus* documental do estudo foi o jornal *A Gazeta* dos anos 1942 a 1945, que veiculava na capital paulista. Para tanto, foram pesquisados documentos no Arquivo Público do Estado de São Paulo e na Biblioteca da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, contemplando, também, a historiografia acerca do objeto. Reconhecendo que a imprensa trabalha com o conceito de “verdade” transitória, que reflete interesses político-ideológicos do período investigado, os achados do estudo revelaram a alusão à protagonização da mulher/enfermeira como símbolo dos ideais nacionalistas, que se inspiravam no nazi-fascismo, invocando: o apelo emocional, repetições de frases apoiando o governo, promessas de unificação e fortalecimento nacional. Nesse contexto político, assumiu relevo a inserção da enfermagem nas estratégias de americanização brasileira, que fomentava a *Política da Boa Vizinhança*. Quanto à Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira - Filial Estado de São Paulo, de fato, a publicação das notas nos jornais incentivavam o ingresso de mulheres nos

curso de enfermagem durante todo o período bélico, corroborando tal evidência na participação e no expressivo impacto que a referida escola representou no processo de capacitação do contingente de enfermagem, na época analisada.

Descritores: História da Enfermagem; Jornais; Enfermeiras (história).

Mecone MCC. REPRESENTATIONS OF NURSING IN PRESS PAULISTANA: The Gazette 1942-1945. [dissertation]. São Paulo (SP): University of São Paulo, School of Nursing; 2009.

ABSTRACT

This study aimed at analyzing the representations of nursing in the press of São Paulo in the period 1942-1945, years in which Brazil participates in the Second World War with the Allies Block. Were established as goals of the study: To identify in print of the limited period (1942-1945) findings iconographic, and the types of stories that showed the assumption of nursing as a political strategy for setting up an internal front in São Paulo city, and , analyze and discuss the profile of nurses represented in the media through training offered by the School of Nursing Red Cross - Branch of the State of Sao Paulo. This is a descriptive, qualitative, exploratory, grounded in assumptions of the History-Social. The corpus of the study was to document the Official Gazette of the years 1942 to 1945 as conveyed in São Paulo city, whose sources were sought in the Public Archives, State of Sao Paulo. Recognizing that the press focuses on the concept of transitional truth and is the result of political and ideological interests of the period studied was observed in the sources analyzed the socio-political context of the time, both in the notes, and in advertisements, it had reference to protagonization the woman / nurse as a symbol of nationalist ideals inspired by the Nazi-fascism, which are: emotional appeal, repetition, promises of national unification and strengthening. Another aspect highlighted in the policy period was the inclusion of nursing in the Americanization of Brazilian strategies fostered by the Good Neighbor Policy. The School of Nursing Red Cross Branch Brazilian state of Sao Paulo, in fact, the publications of the newspapers encouraged the entry of women in nursing courses during the entire war. This evidence supports the participation and the massive impact that this school has had in shaping the number of nursing at the time analyzed.

Descriptors: History of Nursing; newspapers; nurses (history)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1.	O que é o Curso de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira	57
FIGURA 2.	Homenagem a um sargento enfermeiro	65
FIGURA 3.	Brasileiro! Estes olhos mesmo a distância te interrogam: cumpreste hoje os teus deveres para com a Pátria?	72
FIGURA 4.	Um juramento e um símbolo	75
FIGURA 5.	Ciência e caridade	76
FIGURA 6.	O que a mulher moderna deve saber	85
FIGURA 7.	Rhodine “A boa enfermeira”	88
FIGURA 8.	A guardiã do seu bem-estar	89
FIGURA 9.	O Brasil precisa de Enfermeiras Samaritanas e Socorristas. Inscrevam-se hoje mesmo!	90

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1.1	Motivação para o estudo	23
2	OBJETIVOS	25
3	METODOLOGIA	26
3.1	Referencial teórico	26
3.2	Fontes	27
3.3	Coleta de dados	30
4	A SAÚDE NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	35
4.1	Panorama da cidade de São Paulo no pós 30	39
4.2	A Enfermagem e sua consolidação no espaço político	43
5	O ENSINO DE ENFERMAGEM E A CRUZ VERMELHA NA MOBILIZAÇÃO FEMININA NO <i>FRONT</i> INTERNO (1942-1945)	47
6	REPRESENTAÇÕES DA ENFERMEIRA NO JORNAL <i>A GAZETA</i> 1942- 1945	66
6.1	Imprensa da década de 1940: a propaganda estadonovista	66
6.2	Enfermagem e a americanização brasileira na década de 1940	78
6.3	Enfermagem e a propaganda publicitária	84
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
8	REFERENCIAS	98
9	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	103
10	APÊNDICE	105

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo parte do pressuposto de que o processo histórico não pode ser construído de forma linear, como uma linha reta, pois é contínuo, uma vez que possui avanços e retrocessos, mudanças de rumo. O que significa dizer que os acontecimentos de hoje estão entrelaçados com fatos do passado, através de um processo lento e gradual, considerando que as rupturas históricas não se manifestam de forma abrupta.

Estudar a história da enfermagem nos permite desconstruir e reconstruir um passado imbuído de conceitos, preconceitos e estereótipos que adornam a profissão, seja por desconhecimento de sua gênese, ou por uma interpretação e uma compreensão analisada e idealizada por outras categorias hegemônicas na trajetória histórica da saúde, quais sejam: a medicina e a igreja.

Para entender o processo de mudança, passagem ou transformação dessa trajetória, é necessário dar voz aos protagonistas da história da enfermagem, ou seja, significa afastar-se do tradicionalismo histórico construído pelas categorias supracitadas. Por conseguinte, a história é uma das ciências mais práticas e úteis no processo de formação da vida do ser humano. O conhecimento da história da enfermagem possibilita investigar e refletir sobre a identidade profissional, bem como a prevalência dos fatores que têm caracterizado a profissão, e que seguem direcionando sua práxis.

Portanto, estudar a história de uma profissão, melhor dizendo, a história do cuidado, é um caminho para o autoconhecimento na sua forma de ser, sentir e perceber enquanto pertencente àquele seguimento profissional.

Ademais, os historiadores ressaltam que para se alcançar explicações mais pertinentes para as perspectivas históricas “consolidadas” no óbvio e desconstruir esses sentidos perpetuados –sobretudo dos cuidados – é

necessário aprofundar-se no mundo dos signos e dos significados – o que requer um exercício intelectual tão imprescindível para se pensar a identidade da profissão de enfermagem.

Borenstein e Padilha (2005), em estudo sobre o método de pesquisa histórica na enfermagem, destacam que, conhecer a história desta profissão é perceber como se constitui o seu contexto, suas relações com as outras atividades da vida, do mundo da saúde e de seus compromissos sociais, ou seja, é pertinente sua contextualização com os demais acontecimentos culturais, econômicos e sociopolíticos de determinada época analisada.

A história da enfermagem brasileira iniciou como disciplina curricular na graduação desde a enfermagem moderna, na década de 20, sendo o objeto desta a prerrogativa de legitimar uma identidade profissional, bem como o compromisso com a profissão.

No entanto, Barreira (1999) observa que apesar dos avanços e das mudanças universitárias nas escolas de enfermagem no Brasil, sobretudo a partir da década de 70, a disciplina de história da enfermagem não parece ter se preocupado com a metodologia de ensino/aprendizagem voltada para o desenvolvimento de competências do enfermeiro na sua prática cotidiana.

A autora supracitada faz uma crítica pertinente que, de modo geral, o ensino permanece “livresco, centrado em vultos e eventos marcantes, pouco crítico, além de distanciado da realidade brasileira [...]” (Barreira, 1999, p. 87). Diante de tal situação, evoca-se, assim, o tradicionalismo histórico pautado em datas e fatos cronológicos, um ensino desprendido de críticas e reflexões, que tornam-se necessárias e pertinentes à formação da identidade profissional. No entanto, para efetividade do processo de construção social da história, que influi proporcionalmente na representação profissional, é necessário que se faça uma profunda reflexão crítica engendrada de uma fase prévia de desconstrução de estereótipos que perpetuaram a enfermagem nos esquemas mentais do passado.

Contudo, percebe-se o questionamento dos estudantes de graduação e dos profissionais acerca do por que e para que (os fins) estudar a história da enfermagem, qual sua aplicabilidade na prática do cuidado propriamente dito. Estes questionamentos, muitas vezes, são desprovidos de respostas convincentes até mesmo por parte do corpo docente dos cursos de enfermagem, denotando, assim, uma lacuna que justifica a aquisição e a reflexão desse conhecimento. Ou até mesmo costuma-se receber uma resposta com certo tom irônico: **a história da enfermagem é uma disciplina com a qual e sem a qual o exercício profissional permanece tal e qual** (destaque do pesquisador); ou seja, a história da enfermagem não tem aplicabilidade e mais, não se consegue perceber operacionalidade na prática cotidiana dos enfermeiros.

Segundo a filósofa Marilena Chauí,

Em nossa cultura e em nossa sociedade, costumamos considerar que alguma coisa só tem o direito de existir se tiver alguma finalidade prática, muito visível e de utilidade imediata (Chauí, 2000, p. 10).

Por meio desta afirmação pode-se, então, perceber que não é exclusivamente na enfermagem a desvalorização das reflexões de caráter filosófico; em outras palavras, reflexões que partem da trajetória histórica do cuidado, da prática, em um determinado tempo e espaço como fio condutor para a elaboração e prospecção de uma prática mais fundamentada e com uma razão de ser não estão, em geral, presente nos cursos de enfermagem.

O conhecimento da história, o aprofundamento na natureza ancestral e holística dos cuidados, nos permite uma assistência com enfoque mais científico, ou seja, capaz de preservar a visão global do fenômeno do cuidado, o que tornaria essa prática menos reducionista do saber-fazer. Isso significa dizer que a história da enfermagem deve ser analisada à luz não só de suas inovações tecnológicas e permanências em relação ao passado,

mas, sobretudo de suas rupturas e continuidades em relação às práticas atuais.

Contudo, pode-se atribuir à enfermagem o pensamento ainda positivista, pois o processo histórico foi tradicionalmente escrito e transmitido como sucessão linear de acontecimentos ao longo do tempo. Em termos de prática pedagógica, o ensino ainda está baseado, em dados cronológicos e pautado em atos heróicos, sem a necessária contextualização e o questionamento dos fatos no decorrer do tempo.

Para Perrot (2007), estudar a história é assumir um compromisso com o presente, pois se é necessário referenciar questões da prática diária para interrogar o passado, sobretudo, perspectivas que significaram desigualdades de gênero como aparências, manifestações da sexualidade e luta por direitos no cotidiano profissional e intelectual. A partir dessa relação do passado com o presente, torna-se possível aportar perspectivas para o futuro da profissão.

No tocante ao registro da história dos primórdios da enfermagem, esta não difere da historiografia em geral, pois teve seu início marcado por uma abordagem positivista, na qual pretendia “a ressurreição do passado total da humanidade”, na pretensa busca da veracidade dos fatos (Barreira, 1999, p.89). Assim, na perspectiva historiográfica positivista, o documento escrito foi objeto de suma importância, tendo primazia sobre toda e qualquer outra fonte, a fim de (re)construir o passado. Na referida perspectiva, fatos, nomes e datas adquirem proporções “soberanas” e pontuais, depreendendo-se de contextualização e reflexão no bojo dos acontecimentos (Barreira, 1999).

Ao tratar dos fundamentos para o estudo da história da enfermagem, as averiguações minuciosas, investigações e identificação de pistas dos acontecimentos devem ir além dos vestígios diversos deixados por aqueles que viveram o passado, mas o historiador deve recair sobre o contexto, pois

[...] a compreensão de suas ações, do tempo e espaço em que foram processadas exige reconhecer suas conexões, demandas, desejos, defecções, analisando-os em seus próprios termos. (Souza Campos, 2007, p.179)

Para tanto, o objeto deste estudo tratou da compreensão do contexto do início da década de 1940, para, assim, entender a representação da enfermeira ensejada pela imprensa escrita naquele período, através do jornal *A Gazeta*, que veiculou na capital paulista nos anos que compreenderam o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945).

Os períodos de guerra não apenas marcam uma certa cronologia, dividindo tempos e tentando compreender fases dentro deles, mas tornam-se chaves da periodização deste século e definem categorias de pensamento, conceitos que definem uma forma de pensar a história e a cultura, escreveu o historiador Roney Cytrynowicz (Cytrynowicz, 2002, p.14)

Nesse sentido, buscou-se dar ênfase ao contexto sócio-cultural e histórico da enfermagem, sobretudo neste período. A eclosão da Segunda Guerra Mundial no Brasil não teve a mesma repercussão em termos de conflito bélico se comparada à Europa. No Brasil, as lembranças da guerra não reverenciaram seus mortos, tampouco celebraram coletivamente a memória dos soldados que lutaram. Para Cytrynowicz (2002), apenas os mortos (soldados) são lembrados por pequenos grupos diretamente ligados a eles.

A partir do início da década de 1940, surgem as primeiras iniciativas de constituição de *front* interno, idealizado e posto em prática por Getúlio Vargas, especialmente a partir de 1942, fortalecendo os pressupostos que visavam uma mobilização social, segundo os ideais estadonovistas, os quais não estavam conectados diretamente à guerra na Europa, tornando-os muito mais um alibi para tais medidas do que propriamente a inserção maciça do Brasil no conflito (Cytrynowicz, 2002).

No início da década de 1940, ao ler os jornais veiculados na capital paulistana, era comum ao leitor deparar-se com propagandas governamentais que estimulavam o alistamento de mulheres para atuarem como “enfermeiras” em prol da pátria junto ao conflito belicoso instalado no continente europeu ou no *front* interno, este com prerrogativas de promoção governamental nas questões inerentes à saúde pública¹, que de certa forma, representavam o fortalecimento da nação. Contudo, pode-se dizer que a enfermagem teve na “era Vargas” (1930-1945), um dos momentos mais marcantes no que diz respeito à procura de mulheres interessadas pela profissão.

Acentuadamente marcada pela Segunda Guerra Mundial, a busca pela profissão de enfermagem propiciou o ingresso de mulheres nos movimentos sociais erigidos em torno do conflito. Assim,

A ideologia do Estado Novo enfatizava ideais militares de povo em marcha, disciplina, bravura e lealdade, destreza e resistência muscular, desbravamento e coragem, organização e vigilância, sacrifício e união, esses requisitos poderiam mobilizar a população e uni-la em torno das Forças Armadas e de ideais cívicos nacionalistas... Era o momento oportuno para tornar todos soldados a serviço da pátria, tendo como ideais escoteiros e enfermeiras. (Cytrynowicz, 2002, p. 19)

Vale ressaltar que as estratégias difundidas pelas propagandas governamentais eram respaldadas, sobretudo, pelo cunho do cuidado caritativo e necessário em tempos de guerra. Portanto, a Escola da Cruz

¹ A preocupação do governo no início da República era voltada às questões de saúde pública, pois diante de um quadro nosográfico caracterizado por doenças pestilências em vigência de um governo que fomentava os interesses ligados à economia exportadora cafeeira, tornavam-se necessárias medidas imediatas de uma política sanitária. No entanto, a partir de 1930 inicia-se acentuadamente uma tendência centralizadora do Estado Brasileiro, sobretudo em 1940 e 50, impulsionados pela urbanização e industrialização, o que desencadeia um processo de divisão na área da saúde: saúde pública voltada para programas gerais de saneamento básico, vacinação e campanhas de erradicação de determinadas moléstias, que até então eram voltadas às preocupações cruciais do início da República, ou seja, tendo como conjunto alvo o bojo das estratégias republicanas na saúde pública brasileira, quais sejam: higienização das cidades, habitações populares e coletivas destruídas, ruas e avenidas remodeladas e a população branqueada com a entrada massiva de imigrantes (Souza Campos, Oguisso, 2008). A outra divisão na saúde, a partir de 30, era voltada à saúde previdenciária, com fins a uma medicina curativa, individual, restritas a algumas parcelas da classe trabalhadora – os assalariados urbanos (Cohn, 1971, Luz, 1979, Possas, 1981 apud Silva, 1986 p.74).

Vermelha Brasileira ganhava destaque à medida que propunha a formação dessas mulheres para servir à pátria. Tinha como ideal, desde os primórdios, o lema do Movimento Internacional da Cruz Vermelha - “na paz e na guerra: caridade”.

A Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha de São Paulo, fundada em 1912, pode ser destacada como a primeira escola de enfermagem de guerra, pois formava voluntárias e samaritanas, denominações atribuídas às mulheres que ingressavam em seus cursos preparatórios. Assim, como as demais escolas fundadas pela entidade, a Escola da Cruz Vermelha de São Paulo tinha como missão formar profissionais para o atendimento e socorro a feridos e enfermos, bem como proteger necessitados em caso de calamidade pública, quando os recursos habituais de defesa sanitária fossem insuficientes.

Bernardes, Lopes, Santos (2004) destacam que os cursos da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha tiveram tamanha procura na época, que o voluntariado foi feito, inclusive, pelas princesas brasileiras Maria Francisca e Maria Tereza Orleans e Bragança. Nessa perspectiva, é possível perceber o quanto a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira teve seu papel catalisador na propaganda política para formação em massa de enfermeiras. A enfermagem propiciou a participação de mulheres na mobilização civil e militar erigida pela pressão popular para participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Em relação, ainda, ao envolvimento da enfermagem brasileira no contexto beligerante da Segunda Guerra Mundial e o impacto na representação histórica da profissão, buscou-se responder as seguintes questões que incidiram como norte para o presente estudo:

Como os pressupostos da política getulista impactaram na representação da enfermagem nos anos que compreenderam a participação do Brasil na Segunda Guerra (1942-1945)?

Quais foram os desdobramentos que perpetuaram na identidade profissional do enfermeiro até os dias atuais?

Como era idealizada a formação da enfermeira/mulher projetada pelo ensino da Escola da Cruz Vermelha Brasileira – Filial Estado de São Paulo, sob o enfoque da imprensa jornalística?

A problematização do objeto do estudo foi sendo construída à medida que se aprofundava na leitura e na compreensão da temática. Assim, a discussão pautou-se em alguns aspectos que corroboraram para as hipóteses do estudo, a saber:

O discurso político e a mobilização de um front interno, sobretudo no espaço analisado – a capital paulista – atraíram um contingente significativo de mulheres que, por meio da enfermagem, se dispunham a servir à pátria, o que contribuiu para uma visibilidade da profissão no período, embora com características específicas, docilidade, presteza, atributos que vêm arraigados ao cuidado desde sua existência até a atualidade.

A fim de discutir a trajetória histórica do cuidado em enfermagem no contexto alvo dessa investigação, passamos à discussão de alguns elementos da profissionalização da enfermagem brasileira que julgamos relevantes.

Para Barbosa (1999), a luta do profissional que estuda a história, seja ele enfermeiro ou com outra formação, compreende múltiplas frentes:

- Dignificar sua profissão, submetida ao mais feroz carreirismo pelos membros das classes dominantes na pesquisa em saúde;
- Assegurar-se, enquanto docente, dos meios adequados para formação de novos enfermeiros;
- Defender sua postura metodológica, sem cair na luta administrativa contra outras posições;

- Contribuir para a organização, catalogação e acessibilidade das fontes de material historiográfico;
- E ter ele próprio, com seus pares, acesso às fontes, dialogar e aprender com elas, transmitindo tais ensinamentos.

Com base no alcance dos objetivos propostos no presente estudo, a discussão pautou-se na construção de três capítulos que invocaram em direção à trajetória histórica da enfermagem no contexto nacional, bem como o panorama da capital paulistana, o impacto da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha no período delimitado e a representação da enfermagem na mídia de massa, o jornal, fonte primária deste estudo.

No capítulo 4, foram ressaltadas as vertentes que contextualizaram a historiografia da enfermagem até o período estudado, bem como a influência de cada uma delas na enfermagem da época, quais sejam: a implantação da República, as políticas de higienização da população e o pós 30: reurbanização e industrialização em São Paulo, Capital. Neste mesmo capítulo, ainda foram discutidos a profissionalização da enfermagem no Brasil e os interesses políticos envolvidos na profissão.

No capítulo 5 foi apresentada uma análise acerca do papel da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha de São Paulo, com seus subsídios e influências políticas para fomentar o ensino voltado à caracterização da enfermagem como parte do *front* interno.

No capítulo 6, discutiu-se acerca dos documentos iconográficos como fonte histórica, em especial o jornal e as fotografias, que evocavam imagens da enfermeira.

Ainda no capítulo 6, foram abordados alguns impactos na enfermagem causados pelo fenômeno da americanização e suas influências, como a política exterior brasileira durante o período.

Buscou-se, ainda, dar ênfase à política interna estadonovista e ao discurso populista da época, que soube utilizar-se da enfermagem como uma estratégia importante destinada à inclusão da mulher no mercado de trabalho.

Para análise dos documentos, que corroboraram na averiguação das hipóteses, utilizou-se o enfoque interpretativo, baseado nas representações iconográficas que a fotografia nos possibilitou como parte da realidade social, enquanto fragmento congelado de um determinado momento de transição de comportamentos de gênero, modernidade, interesses políticos e censura jornalística sob uma ditadura instituída no Brasil (Estado Novo).

Para evitar o risco da inocência na análise e na interpretação das fontes, diferenciaram-se os conceitos de propaganda política e publicidade (expostos *a posteriori*), pontuando-se como essas ferramentas utilizadas pela imprensa viabilizavam a representação da mulher/enfermeira na época, ressaltando-se as questões da saúde, da formação profissional em enfermagem e do modo como era pensado o papel desta profissional, para ser alcançado um “estado saudável” e preconizado como um dos ideais nacionalistas nos anos que compreenderam o Estado Novo. Assim, foram abordadas a veiculação e a representação jornalística da Escola da Cruz Vermelha de São Paulo, desvelando a compreensão sobre como era pensada a enfermagem na época, ou melhor, como se impunha, ideologicamente, o viés de leitura acerca de como deveria ser pensada a enfermagem no contexto do Estado Novo.

Finalmente com o capítulo 7, pretendeu-se a síntese da análise do *corpus* documental, a partir da interpretação e da compreensão das representações à luz da contextualização temporal abordada nos tópicos anteriormente citados.

1.1 MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO

A motivação para a realização deste estudo se deve a minha participação como membro do Grupo de Pesquisa “História e Legislação da Enfermagem”, da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e como aluna especial da disciplina “Análise histórica e legal da enfermagem”, ministrada no Programa de Pós-Graduação da mesma escola. Durante minha participação, tive a oportunidade de desenvolver uma das tarefas que tinha como objetivo pesquisar sobre a história da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha de São Paulo, sendo este o meu primeiro contato com o tema. Um dos objetivos da disciplina mencionada era, também, demonstrar os diversos tipos de fontes e uso dos documentos na historiografia da enfermagem. Foi neste primeiro momento, que me interessei pela fonte jornalística como possibilidade de conhecimento e construção da história da enfermagem.

Delimitou-se para o presente estudo o jornal como fonte, a fim de auxiliar na compreensão das representações da enfermagem ensejadas por este veículo de comunicação, bem como as diversas formas de interpretar o fato noticiado pela grande imprensa.

Nesse sentido, algumas inquietações foram surgindo ao longo da minha participação como aluna especial: Que tipo de contribuição o jornal poderia trazer ao estudo de história da enfermagem? Como e de que forma esta fonte poderia ser utilizada na construção da história da enfermagem de um determinado período? Como o jornal veiculava a imagem da enfermeira no contexto da Segunda Guerra Mundial? De que modo este tipo de fonte (o jornal) nos possibilitaria refletir sobre o passado da enfermagem, como base para pensar a contribuição da história no presente?

Portanto, a partir do desenvolvimento do presente estudo, pretendeu-se contribuir para uma reflexão sobre o processo de construção da imagem da enfermeira na sociedade brasileira, sobretudo na esteira do contexto

político-social e de seus possíveis impactos na trajetória da enfermagem e na construção da identidade profissional.

2 OBJETIVOS

A partir das questões apontadas nas considerações iniciais junto às justificativas expostas para o desenvolvimento do estudo delinear-se os seguintes objetivos:

1. Identificar na mídia impressa do período delimitado (1942-1945) o material iconográfico, bem como os tipos de notícias que evidenciaram a enfermagem como parte de uma estratégia política para constituição de um *front* interno na capital paulista.

2. Analisar e discutir o perfil da enfermeira representado na imprensa através da formação proposta pela Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha – Filial do Estado de São Paulo.

3 METODOLOGIA

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

As fontes, de um modo geral, ao revelarem pistas para o alcance dos objetivos de uma pesquisa servem para elucidar a problemática proposta nos estudos, pois fortalecem argumentos, norteiam procedimentos metodológicos e delimitam o recorte temporal (Souza Campos, 2007). Contudo, a fim de contextualizar os fatos e interrogar as evidências, o percurso metodológico escolhido para este estudo pautou-se na História Social, ou seja, a partir da análise e da compreensão do que representou a enfermagem e sua trajetória na historiografia brasileira, sobretudo como instrumento de persuasão social acerca da mulher na sociedade, e mais especificamente, na Segunda Guerra Mundial, na capital paulista.

O interesse pela História Social decorreu da possibilidade de ampliar percepções e observações reflexivas sobre acontecimentos passados, práticas atuais e de projetar o futuro no que concerne à identidade profissional. Dessa forma, historicizar o período delimitado demandou preocupações com as questões sociais vividas pela enfermagem, tal como demonstrado nos capítulos seguintes englobando questões ideológicas, de gênero e outros aspectos igualmente relevantes na contextualização desse período (Barros, 2009).

A abordagem da História Social nos permitiu enxergar de maneira mais acurada o cotidiano, as trajetórias individuais, as práticas que só são percebidas quando se examina uma documentação em detalhe. Nessa perspectiva, determinadas produções culturais do âmbito popular transparecem elementos da vida cotidiana, dos movimentos sociais e da identidade de uma profissão (Barros, 2009).

Contudo, a metodologia proposta pela História Social permitiu reler com outro olhar os documentos, registros, imagens entre outros materiais deixados por antecessores, propiciando uma nova interpretação e análise (Padilha, Borenstein, 2005), o que os historiadores consideram como a “history from bellow” (história vista de baixo).

Assim, nas últimas décadas, os historiadores conscientizaram-se da importância da nova perspectiva de se explorar o passado: não se limitar à versão da história contada pela elite, em que constam os grandes feitos históricos, e sim, ampliar o olhar do historiador aos demais indivíduos que compartilham do momento histórico. Nas palavras de Thompson² apud Sharpe, “a experiência da massa do povo no passado”.

3.2 FONTES

No âmbito da História Social, são inúmeras as modalidades de fontes a serem exploradas. Portanto, a escolha de fontes sempre será direcionada mediante o problema histórico investigado pelo pesquisador (Barros, 2009).

De acordo com Barbosa (1999), a escolha das fontes deve preceder a fixação do tema do estudo, que por sua vez, forma a relação tema-fonte, em geral chamada “objeto de pesquisa”. Para tanto, as fontes devem sofrer um tratamento heurístico³ e hermenêutico, a fim de determinar o tema, bem como o objeto de pesquisa. Ele ressalta, ainda, que as fontes devem ser capazes de iluminar a relevância do que se constitui como objeto investigado.

² Thompson (1965) em seu ensaio “History from Bellow”, o autor atenta para os potenciais problemas com que o historiador tem que se preocupar ao tentar reconstruir a experiência de um grupo de pessoas – se faz necessário a compreensão do passado, de forma que o leitor possa perceber a diversidade da temática da história vista de baixo, assim como, o historiador deve focar em questões como evidências, conceitos e ideologias que suscitam a abordagem da história vista de baixo em determinada temática. Apud SHARPE em A História vista de Baixo. In: Burke P. A Escrita da História. UNESP, 1992, P. 41.

³ Heurística é o método que permite submeter a fonte a uma entrevista muda e detalhada, que conduz o pesquisador aos problemas que intenciona perceber. Este método interroga a realidade que se pretende recriar, através do elemento possível, a fonte. No entanto, tal método combinado com o procedimento hermenêutico, torna-se possível formular as perguntas corretas, ou seja, as que podem efetivamente ser respondidas pela fonte de que se trata (Barbosa, 1999, p.22).

Uma dada situação histórica pode ser relevante ou não até o momento de sua escolha. Assim, esta escolha como uma situação histórica é caracterizada como um “evento”, sendo que, a relação tema-fonte, tem de ser capaz de exprimir a sua realidade” e sua riqueza, que se constituem nas descobertas de relações inusitadas, até então desconhecidas, que podem vir à tona no desenvolvimento do estudo (Barbosa, 1999). O autor acrescenta que

A identificação ou definição da origem da fonte permite sua classificação e o prosseguimento das normas heurísticas e hermenêuticas necessárias ao seu melhor aproveitamento (Barbosa, 1999, p.12).

Mann (1975) complementa que, toda documentação como fonte de dados necessita de classificação segundo a sua natureza. Assim, devem ser distinguidas entre fontes “primárias” e “secundárias”. Conforme o autor, os documentos colhidos em primeira mão, temporalmente conectados com o fato histórico analisado, ou mesmo produzidos pelas pessoas que os recolheram, correspondem às fontes primárias. Entretanto, estes contrastam com as fontes secundárias, pois estas são dados obtidos de segunda mão, retirados de dados originais de outras pessoas. Conforme Barbosa (1999), “elas geralmente expressam reações acerca do fato ou situação [...]” (Barbosa, 1999, p.18). Contudo, o autor ressalta:

Há uma intimidade, uma solidariedade entre a fonte e a situação histórica a que ela se refere, que não pode ser deixada de lado na problematização característica da análise heurística (Barbosa, 1999, p.18).

Porto, Freitas, Siles (2009) pontuam que a classificação acima em fontes primárias e secundárias não é, hodiernamente, necessária (embora nas fontes legais ainda sejam utilizadas), porque os documentos *per si* têm valor histórico independentemente desse tipo de taxonomia.

Para o presente estudo, as fontes foram constituídas de documentos iconográficos e notas publicadas no jornal *A Gazeta*, veiculado na capital paulista.

A Gazeta, jornal diário, vespertino, fundado em São Paulo em 1906 e consagrado por seu primeiro diretor como “o primeiro jornal de São Paulo a inaugurar a reportagem fotográfica”, era um jornal com grande participação política e considerado “completamente simpático a Vargas”. (Dicionário Histórico-Biográfico, 1984, p.1446).

A partir de 1937, com a instituição do Estado Novo, os editoriais do jornal *A Gazeta* passaram a ser controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Contudo, o jornal demonstrava simpatia pelos modelos fascista, nazista e pelo nacionalismo franquista (Dicionário Histórico-Biográfico, 1984, p.1446).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente após 1942, ano em que o Brasil definitivamente declarou apoio aos Aliados, as páginas do jornal foram ocupadas com destaque para os assuntos de política internacional, sobretudo a norte-americana, explicitando a defesa no combate ao totalitarismo à medida que depreciava o Eixo.

Diante desse quadro, o *corpus* documental do estudo foi composto de fotografias, ilustrações e notícias publicadas no jornal *A Gazeta*, veiculadas entre os anos de 1942-1945 e depositadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A seleção das imagens e das notícias pautou-se pelas representações temáticas estabelecidas conforme o eixo de discussão proposto para o estudo, a saber: a convocação de mulheres para o curso de enfermagem, as propagandas políticas e publicitárias que veiculavam a

imagem da enfermeira e a presença desta nas estratégias de americanização nacional.

Outras fontes utilizadas na consecução do estudo foram referentes ao contexto sócio-político e histórico-legal do país:

- História do Brasil
- Início da República
 - *Belle Époque*
 - História de São Paulo nas décadas de 1920/30 e 40
 - Estado Novo e Segunda Guerra Mundial
- Legislação de enfermagem no período
- Mulheres na vida pública
- História da imprensa no Brasil

Essas fontes foram localizadas nas bibliotecas da Universidade de São Paulo, especificamente na Biblioteca Wanda de Aguiar Horta, da Escola de Enfermagem, na Biblioteca do Museu Paulista e na Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O estudo não necessitou ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, a fim de atender exigências determinadas pela Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, pois os documentos pesquisados fazem parte do Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sendo, portanto, de domínio público o uso da massa documental.

3.3 COLETA DE DADOS

Segundo Rudio (2003), a coleta de dados é a fase do método de pesquisa que compreende a “busca” de informações da realidade, para então proceder à fase de análise e de interpretação.

Conforme já foi dito, a coleta de dados deu-se por meio de levantamento de fontes iconográficas no Arquivo do Estado de São Paulo. Para viabilizá-la, elaborou-se um instrumento que contemplava a identificação das informações de interesse, facilitando, a sistematização dos achados e sua interpretação (Apêndice 1).

A delimitação temporal foi intencionalmente determinada, visto que o período de 1942 a 1945 representou a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e, portanto, o intuito do entorno político da época era despertar o maior empenho possível na mobilização da população civil, tendo as mídias escrita e falada, o rádio, o cinema e demais dispositivos de divulgação disponíveis na época, um papel extremamente importantes.

No Brasil, o jornal como fonte para o conhecimento no campo da história veio ganhando espaço ao longo da segunda metade do século XX, ainda que relativamente tímida nos meios acadêmicos. A escrita da história por meio da imprensa, conforme ressalta Luca (2008), encontrou muita resistência como fonte, sobretudo quando se tratava dos jornais, pois antes das últimas décadas do século XX, imperava o tradicionalismo positivista da historiografia, o qual se caracterizava por objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade. Estas características pautavam-se nas datas pontuais, nomes e fatos, o que era incompatível com a fonte jornalística.

Contudo, este modo de pensar as fontes não se constituía uma particularidade brasileira, pois havia pressupostos dominantes de “busca da verdade dos fatos”, considerada necessária e atingível por intermédio dos documentos. Por conseguinte, o uso de fontes jornalísticas suscitava discussões sobre o olhar parcial, permeado por interesses e opiniões, não condizente com o ofício do historiador. Esse posicionamento suscitava desconfianças e até desprezo no uso dos jornais na produção intelectual da época (Luca, 2008).

A explicação para a mudança na prática da historiografia nas últimas décadas do século XX deve-se aos deslocamentos realizados no pensamento historiográfico na França pela terceira geração da Escola de *Annales*, que propunha “novos objetos, problemas e abordagens” ao ofício do historiador, bem como incentivavam a interdisciplinaridade, ou seja, a inserção de outras ciências humanas como contribuição metodológica, importante para reflexão sobre as fontes estudadas (Luca, 2008).

Para Sousa Campos (2007), essa contribuição metodológica resultou em uma historiografia que combatia o viés positivista, que embasava a história em uma escrita acrítica de acontecimentos e sem questionamentos, conforme sintetiza:

Nesse ponto, residia a diferença do uso da narrativa entre os antigos positivistas e os novos historiadores, qual seja, a recusa de uma escrita dos acontecimentos do passado de modo linear, triunfante e excludente (Souza Campos, 2007, p.171).

Apesar da relutância no uso dos jornais como fontes, conforme exposta nos parágrafos anteriores, podemos perceber que seu uso vem sendo cada vez mais frequente na construção do conhecimento em história, pois a riqueza e a densidade das informações veiculadas permitem ao pesquisador da história refletir sobre as idéias de um determinado tempo estudado (Alves, 1996, Souza Campos, 2007).

Conforme afirma Kossoy (2003), a fotografia também sofre com o preconceito quanto à sua utilização como fonte histórica ou instrumento de pesquisa, e ele atribui este fato a dois fatores relevantes: o primeiro deles seria relativo à questão cultural, uma vez que, de maneira geral, valorizou-se a tradição escrita como forma de transmissão do saber. Entretanto, a fotografia, apesar dessa tradição multissecular, sofreu algumas restrições para sua utilização na academia. O segundo fator decorre do primeiro, pois está intrinsecamente articulado à resistência que alguns pesquisadores podem ter em aceitar, analisar e interpretar dados, quando estes estão

imbuídos de signos, que estão além dos “cânones” tradicionais da comunicação escrita.

Assim, tanto a fotografia como o jornal precisam ser refletidos, pensados e investigados sobre o contexto de cada época em que foram produzidos. É essencial haver uma crítica da fonte e saber como interrogá-las.

Cabe pontuar, ainda, que as imagens são documentos insubstituíveis, cujo potencial deve ser explorado sobretudo pelos estudiosos da história social, história das mentalidades, assim como para pesquisadores de outras vertentes do conhecimento, porém são imprescindíveis atitudes de alerta e cuidado especial com estas fontes, de modo que não sejam entendidas como “meras ilustrações” (Kossoy, 2002).

Não obstante, a utilização desse tipo de fonte na produção de conhecimento em história não deve desconsiderar a parcialidade do jornal, bem como a intencionalidade na informação de fatos. Assim, além do aparentemente produzido como fato ou verdade, há uma “visão de mundo” do jornalista e do proprietário do jornal, que se deseja cristalizar no imaginário dos leitores (Alves, 1996; Souza Campos, 2007). No entanto, é uma fonte que através dos registros nos permite entender o cotidiano de uma determinada época nas suas diversidades e contradições. Conforme Souza Campos (2007), os jornais acabam por despertar interesse histórico, sobretudo, por ser um discurso que pretende firmar como “verdadeiro”.

Tendo o presente estudo como um dos seus objetivos a análise iconográfica identificada nos jornais do período (1942-1945), faz-se mister discorrer sobre alguns conceitos e usos de fotografias, e posteriormente, no capítulo das discussões, analisar os resultados a partir da perspectiva das fotografias publicadas nos jornais que faziam menção à representação da enfermeira no entorno da propaganda política getulista.

Para Kossoy (2002), fontes iconográficas nada mais são do que documentos iconográficos, incluindo as fotografias. A análise iconográfica se basta no detalhamento, ou seja, na descrição do conteúdo da imagem, pois de acordo com o referido autor, tal análise situa-se ao nível da descrição, e não da interpretação; portanto, a representação fotográfica localiza-se a meio caminho da busca do significado do conteúdo; ver, descrever e constatar (Kossoy, 2002, p 95).

Contudo, a descrição da imagem fotográfica não é suficiente e o documento necessita de “um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise, seria o plano superior, o da interpretação iconológica do significado intrínseco” (Kossoy, 2002, p 95).

Partindo do pressuposto de que a fotografia é um fragmento, uma cena congelada do passado, a análise iconológica permite uma incursão em profundidade nessa cena, que só é possível se o fragmento for compreendido em sua integridade, seja por meio da contextualização e reflexão centrada no conteúdo, seja em uma incursão além da análise iconográfica. Faz-se necessário que o investigador atente para outro cuidado, ao optar pelo recurso fotográfico, pois “é este o estágio mais profundo da investigação, cujos limites não são cristalinamente definidos”. (Kossoy, 2002, p 96).

Panofsky (2004) apud Burke (2004, p.27) ressalta que, é através da interpretação iconológica que as imagens oferecem evidência útil e indispensável para os historiadores culturais; entretanto, esse autor alerta que “assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas representações da realidade”.

4 A SAÚDE NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Este tópico apresenta, inicialmente, uma breve descrição do contexto econômico, político e social em que se encontrava a saúde no Brasil no início do século XX até década de 1940, bem como a inserção da enfermagem, desde sua consolidação como profissão no país até o período delimitado para o estudo.

No fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, o Brasil foi envolvido nos resultados da intitulada Revolução Científico-Tecnológica que ocorria em todo o mundo capitalista, sobretudo, sob a hegemonia das potências industriais da época, Europa e Estado Unidos (Sevcenko, 2008).

Neste mesmo período, as cidades mais populosas, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram estimuladas por um novo conceito de modernidade e dinamismo no contexto da economia internacional. Resultados da aplicação dessas mais recentes descobertas alcançaram transformações e aplicabilidade nos mais variados campos dos processos produtivos brasileiro, cabendo também destaque ao impacto no desenvolvimento nas áreas da saúde, quais sejam: medicina, farmacologia, higiene e profilaxia, bem como a descoberta da anestesia.

Os avanços tecnológicos impostos às sociedades tradicionais de economia agrícola resultaram em mudanças necessárias ao modo de vida das pessoas, seu hábitos, práticas de produção e consumo, conforme exigia o novo padrão proposto. Ademais, o expressivo aumento populacional de migrantes nacionais e estrangeiros também corroborava para o agravamento dos problemas como falta de água, de saneamento básico, a insalubridade e as inadequadas condições de habitação dessas pessoas. Portanto, problemas advindos do contingente nessas cidades impactavam significativamente nas questões de saúde pública. Vale dizer que esses problemas demonstrados eram em maior destaque na capital da República,

por ser uma cidade portuária e que no início do século configurava-se como a única cidade brasileira de grande porte, justamente por ser o centro de comércio e desenvolvimento industrial, e na época dispor da maior rede ferroviária do país. (Santos; Barreira, 2002).

Conforme afirma Baptista (2007), a partir de 1902, com a entrada de Rodrigues Alves na presidência da República, foram iniciadas as primeiras ações significativas na condução das políticas de saúde pública, tais como obras públicas como reurbanização e saneamento da capital que foram seguidas de ações específicas no combate a algumas doenças epidêmicas, como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Para concretização dessas ações, em 1903, foi implementada a reforma na saúde, coordenada por Oswaldo Cruz, diretor geral de saúde pública. Algumas ações radicais foram tomadas para a concretização dessa reforma. Em 1904, foi proposto um código sanitário, considerado por alguns como “código de torturas”, dada a rigidez de suas proposições. Essas propostas instituíam

Desinfecção, inclusive domiciliar, o arrasamento e edificações consideradas nocivas à saúde pública, a notificação permanente dos casos de febre amarela, varíola e peste bubônica e a atuação da polícia sanitária (Baptista, 2009, p.8).

Junto a essas propostas do código sanitário, também foram implantada outra estratégia de combate às doenças: a campanha de vacinação obrigatória⁴.

Na década de 1920, essas cidades foram acometidas por epidemias, o que prejudicava a atração de imigrantes e crescimento econômico, desencadeando uma progressiva piora nos investimentos e estabelecimentos de novas empresas nas cidades.

⁴ Essa estratégia de combate às doenças por meio de vacinação obrigatória foi alvo de muita resistência e crítica, desencadeando um movimento popular no Rio de Janeiro, conhecido como a “Revolta da Vacina”, pois a notificação de doentes e submissão destes à quarentena e a tratamentos era realizada pela força do Estado, ou seja, pela polícia sanitária. Esses tratamentos consistiam no isolamento social, e isto ficava a cargo das condições do doente, que ora eram isolados em fazendas distantes com ônus próprio para seu tratamento, ou eram enviados aos hospitais, conhecidos, à época, como morredouros à mercê da própria sorte (Baptista, 2007).

A despeito do acentuado crescimento populacional sem planejamento urbano ou alguma política pública que abrangesse tais agravos, podemos encontrar o aparecimento de suscitações políticas no âmbito das questões de saúde pública nesse início de século XX. No entanto, é importante lembrar que as primeiras ações de saúde pública no país surgiram no período colonial, com a vinda da família real para o Brasil (1808), pois seus interesses se configuravam na manutenção de uma mão-de-obra saudável a fim de melhorar os negócios da realeza. Contudo, é importante ressaltar que a maior preocupação era com a saúde dos moradores da cidade, sendo a saúde do trabalhador uma consequência dessa política (Baptista, 2007).

Assim, pode-se observar que, tanto a implementação das primeiras ações de saúde pública no Brasil - colônia, como o período em destaque – início do século XX – não diferem em relação aos interesses, pois a República no início do século passado sentia os reflexos da crise do padrão exportador capitalista. Os países importadores de produtos brasileiros tornavam-se cada vez mais exigentes em relação à qualidade dos produtos, bem como as condições em que eram preparados, pois a insalubridade e as condições de higiene na região portuária e nos navios ainda eram precárias (Baptista 2007).

Como ressalta Baptista (2009), o movimento sanitário criado na Primeira República evidenciou a situação da saúde como questão social e política, não obstante, o grande obstáculo à civilização no país. Em consequência dessa afirmação, a autoridade estatal expandiu-se sobre todo o território e foram criadas bases para a formação da burocracia em saúde pública.

Nesse contexto, em 1920, foi criada o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), sob o comando de Carlos Chagas, ação que reforçava e centralizava o papel do governo. Para isso, a Fundação Rockefeller, instituição americana, criada em 1913 por iniciativa do milionário John D. Rockefeller, intencionava implantar em vários países da América

Latina as medidas sanitárias baseadas no modelo americano, com a prioridade de empreender o controle internacional da febre amarela e da malária.

No Brasil, as ações da referida Fundação começaram a partir de 1916, após a divulgação de um relatório que ressaltava resultados da investigação, feita através de expedições enviadas à América Latina, em 1915. Tal relatório diagnosticava na região uma carência de sólida base científica para suporte de políticas públicas consistentes; ausência de treinamento médico no que se referia às questões de saúde pública, de carreiras especializadas e de organizações sanitárias estáveis e abrangentes.

Diante disso, a Fundação Rockefeller, em acordo com os governos brasileiro e americano, implantou os ideais de cientificidade, racionalidade e higiene, que imperaram sobre as questões culturais do Brasil republicano e que perduraram até o período delimitado para análise do presente estudo (Sevcenko, 2008).

Entretanto, nota-se que as ações de saúde pública eram voltadas, especialmente, às questões coletivas e preventivas e não curativas, o que deixava grande parcela da população desamparada para custear sua assistência à saúde, pois o direito integral a ela não era ainda uma preocupação dos governantes e não havia interesse na constituição de uma política ampla de proteção social, fato que só veio acontecer uma década mais tarde (1930), com a política de Getúlio Vargas, calcada no modelo vigente⁵, constituindo-se um esboço de sistema de proteção social do Estado brasileiro ao trabalhador (Baptista, 2009).

⁵ O modelo que imperava na Primeira República eram as Caixas de aposentadoria e pensões (Caps), organizadas por empresas e administradas e financiadas por empresas e trabalhadores, tinham o objetivo de ser uma espécie de Seguro Social. O Estado não contribuía, tampouco tinha alguma responsabilidade na administração das Caixas. Além disso, nem toda empresa oferecia esse benefício ao trabalhador, ficando mais restrito aos ferroviários e trabalhadores dos portos, ligados à produção exportadora.

Dessa forma, só a partir da década de 1950, com as mudanças no sistema de proteção à saúde, desencadeadas pelo pós-guerra, aceleração na industrialização do Brasil, deslocamento do pólo econômico de país eminentemente agrícola para um crescimento da massa operária que deveria buscar atendimento pelo sistema de saúde, esta passou a se definir baseado a partir do modelo hospitalocêntrico e da assistência cada vez mais especializada.

4.1 PANORAMA DA CIDADE DE SÃO PAULO NO PÓS 30

Com relação a São Paulo, é importante ressaltar que a cidade se tornara um grande pólo econômico do país, senão a mais promissora região brasileira na transição Império-República. No final do século XIX e início do século XX, a cidade acumulou capital e atraiu intenso fluxo de imigrantes europeus, sobretudo italianos, seguidos de espanhóis e portugueses. Nas décadas seguintes – 1908 a 1930 - japoneses, libaneses e judeus. Essa volumosa imigração foi estimulada (primeiro com subsídios, depois espontaneamente) pelas lavouras de café que existam no interior da província de São Paulo (Rolnik, 2004).

No início do século XX, São Paulo vivia sob os auspícios da cultura cafeeira. As exigências urbanísticas, econômicas, étnicas e políticas advindas desse movimento econômico promissor fizeram com que a cidade passasse por uma transição cultural. Nesse período, ferrovias foram construídas e, devido à expansão econômica, foi instituído um regime de trabalho assalariado, claramente destinado a uma parcela dos trabalhadores – ferroviários e de algumas indústrias.

Na década de 1920, esse panorama econômico vai se expandindo e o intenso fluxo imigratório faz com que a cidade sofra um novo surto econômico – a industrialização – a partir, principalmente, da instalação de indústrias têxteis e alimentícias, que se localizavam às margens das ferrovias, o que resultou nas grandes regiões operárias de São Paulo –

Lapa, Bom Retiro, Brás, Pari, Belém, Mooca, Ipiranga, configurando, assim, as primeiras colônias de imigrantes. Ademais, é nesse período que aparece o grande movimento de “urbanidade” da cidade de São Paulo, momento em que surgem os serviços de saneamento básico, o bonde elétrico, a iluminação pública e as primeiras diretrizes para pavimentação e urbanização da cidade, destinada exclusivamente às elites dirigentes. No entanto, nos bairros populares onde se misturam o mundo do trabalho e o da moradia dos pobres – vilas, becos e cortiços – a infra-estrutura resumia-se praticamente ao bonde. Entretanto, em São Paulo,

Os limites e fronteiras entre grupos sociais estavam clara e rigidamente definidos, já que as marcas da diferença entre senhores e escravos prescindem de signos espaciais (Rolnik, 2004, p.18).

Contudo, nos anos 20 e ao final da década de 1930, São Paulo era o maior ponto de atração de capitais e população do país e ultrapassava a marca de um 1 (um) milhão de habitantes, o que a caracterizava como uma das metrópoles cosmopolita da América e representante do poder econômico advindo de ter sido a capital da oligarquia do café durante a República Velha. Por um lado, São Paulo desfrutava de um expansivo crescimento industrial, sobretudo no bojo do contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-18), em virtude do processo de substituição das importações, voltado para a produção nacional de bens de capital e consumo interno, o que teve como consequência o surgimento de um proletariado urbano com intenso crescimento demográfico em uma cidade ainda não planejada para tal demanda. Desta forma, ao findar dos anos 20, o clima na cidade era de escassez, especulação, inflação, associados aos reflexos da epidemia de gripe espanhola, que matou milhares de paulistanos, gerando descontentamento na cidade e todos os tipos de tensão e conflito social, étnico, cultural, político e econômico (Rolnik, 2004).

A década de 1930 em São Paulo foi demarcada por alguns acontecimentos que, de certa forma, caracterizaram esse período:

Movimento Constitucionalista de 1932⁶, resultado do descontentamento dos paulistas com o Governo Vargas. Outro fenômeno marcante aconteceu nas questões das classes operárias, sob forte influência do anarquismo espanhol e italiano que dominava os círculos operários, implicando revoltas e formação de associações livres (escolares, culturais, esportivas e sindicais). É nesse contexto de descontentamento social e, sobretudo, trabalhista, que geravam insatisfações nos brasileiros, que o governo provisório de Getúlio Vargas (até 1932 e depois instituído até 1945) encontrava força para arraigar suas intenções políticas, entre elas, a instituição do Estado Novo.

No final da década de 30 e início dos anos 40, lentamente começou a transcorrer uma mudança no cenário da cidade de São Paulo. Ocorreu a substituição dos bondes pelo transporte sobre rodas, chamado movimento “rodoviarista” nos anos 40; nesse período construíram-se as principais rodovias que ligam os pólos Rio de Janeiro – São Paulo e São Paulo – e o porto de Santos. Inicia-se também um novo crescimento industrial, desta vez voltado à metalúrgica, metal-mecânica e elétrica, instalado ao longo dessas rodovias, configurando a região do ABC. Portanto, nesse período, a cidade de São Paulo já se consolida como o centro industrial mais importante da nação, torna-se o mais importante pólo financeiro e a maior cidade brasileira, superando o Rio de Janeiro.

Contudo, São Paulo, na década de 1940, exibia uma arquitetura imponente, caracterizada pelos mais belos arranha-céus, a construção verticalizada ganhava vida na cidade. Foi nesse período que apareceram obras de maior significância para a urbanização arquitetônica como a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o Estádio do Pacaembu, o aeroporto de Congonhas, a Escola de Enfermagem da

⁶ O Movimento Constitucionalista de 1932 foi a revolta levantada pelos paulistas, de forma que estes não concordavam com a maneira com que vinham sendo tratados pelo governo Vargas, pois se sentiam hostilizados com a nomeação de interventores sem nenhuma relação com o Estado. Os cidadãos encaravam as atitudes do governo federal como uma ação preconceituosa contra o Estado que desde 1915 era detentor da hegemonia econômica e o mais desenvolvido do país.

Universidade de São Paulo, até então vinculada à Faculdade de Medicina, entre outras.

Cytrynowcz (2002), em sua obra *Guerra sem Guerra*, nos traz um panorama da cidade de São Paulo sob mobilização do Estado em prol da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que na verdade foi mobilizada em virtude das estratégias ditatoriais do Estado Novo. Nessa obra, o autor recupera a vida na capital paulista no período. O trabalho emerge de fontes inusitadas e os mais diversos documentos. Além disso, foram relatados acontecimentos como a escassez de trigo e o *fator dieta* em prol de um estado viril, o incentivo do uso do gasogênio na vigência da falta de gasolina, a instituição de um modelo disciplinar e as filas em estabelecimentos comerciais e bondes, a mobilização das mulheres em torno da enfermagem e a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a mobilização e os preparativos da Defesa Civil Antiaérea, movimento que mobilizava homens e mulheres civis para o voluntariado em prol do patriotismo, além da questão dos imigrantes japoneses, não bem-vindos no país durante o conflito beligerante, entre outros aspectos que caracterizaram a cidade paulista nessa época.

Contudo, o referido autor destaca os efeitos da guerra na Europa e seu impacto enquanto álibi e signos para a constituição de uma ditadura e apoio nas alianças Brasil x Estados Unidos, de forma que cerceava toda autonomia e liberdade do indivíduo.

Cabe pontuar que foi no bojo desses acontecimentos sociais e políticos que emergiram as representações da enfermagem no entorno beligerante na capital paulista.

4.2 A ENFERMAGEM E SUA CONSOLIDAÇÃO PROFISSIONAL NO ESPAÇO POLÍTICO

A enfermagem, desde o início do século XX, foi alvo de interesses políticos e esteve envolvida com as reformas sanitárias. Desde que despertaram as primeiras preocupações em torno da “higienização da nação”, as questões sanitárias favoreceram a inserção de estratégias estrangeiras nas reformas internas no campo da saúde. É possível perceber o papel relevante que a profissão teve na implantação da modernização da saúde pública brasileira (Moreira, 1999).

A profissionalização da enfermagem no Brasil já se consolidava desde 1890, na cidade do Rio de Janeiro, com a criação da primeira Escola de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospício Nacional de Alienados, atualmente Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Foi oficializada pelo Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890, que determinava a sua criação, a duração do curso de dois anos e a composição do corpo docente. O ensino era voltado a cuidados com pacientes psiquiátricos, demandado por processos políticos de formação técnica para assistência a estes pacientes. O exercício da enfermagem no Brasil, até então, era praticado com base na solidariedade humana (Oguisso, 2005).

Mott (1999), em artigo sobre a história da enfermagem em São Paulo, discutiu sobre aspectos como a formação de enfermeiras, a prevalência do gênero feminino na enfermagem, por ser uma profissão “desde sempre” composta por mulheres. Entretanto, no referido estudo, discute-se que alguns hospitais em São Paulo tinham homens, como o Hospital São Joaquim, fundado em 1876 pela Sociedade Portuguesa Benemerita de Benemerência e que, durante cerca de 30 anos, permaneceu apenas com homens como trabalhadores de enfermagem. A referida autora pontua, ainda, que a partir da enfermagem moderna e com a institucionalização das escolas formadoras de enfermeiras em São Paulo, no início do século XX, a feminilização da enfermagem foi produto de um ideal retoricamente imbuído

nos discursos médicos, ressaltando como justificativa para tal situação as prerrogativas femininas vinculadas ao lar, às tarefas domésticas e maternas, assim como a docilidade e subserviência aos médicos.

A escola de enfermagem criada no Hospital Samaritano, em 1894, era exclusiva para aprendizes do sexo feminino. Em 1908, foi criado, na Maternidade São Paulo, o curso de enfermeiras com enfoque em cuidados nos campos da ginecologia, obstetrícia e neonatologia. Também em 1908, o Hospital São Joaquim, dirigido pela Sociedade Portuguesa de Benemerência, decidiu incluir nos serviços de enfermagem, profissionais do sexo feminino, e para tanto, iniciou-se na instituição o curso de enfermeiras. Em 1912, na escola de enfermagem da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo ingressou a primeira turma, cabendo pontuar que todas as alunas eram religiosas da irmandade de São José. Assim, as escolas de enfermagem citadas primavam por profissionais idôneos, quando não religiosos e com o intuito de assegurar que esses enfermeiros atuassem na própria instituição onde se formavam (Mott, 1999).

Ao longo da trajetória da enfermagem profissional no Brasil, sobretudo a partir da década de 1920, e também com as mudanças (como a reforma no âmbito da saúde pública promovida pelo sanitarista Carlos Chagas e a própria criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública) na saúde, ocorreram também transformações e conquistas para a profissão, seja no âmbito legal, político, técnico e histórico da enfermagem. Assim, o cuidado como prática de sobrevivência, baseado em conhecimento empírico, foi se consolidando como um saber científico, regulamentado no campo de práticas organizadas e de controle formal, o que legitimava a enfermagem como profissão estratégica na organização sanitária de saúde (Ferreira, 2007).

A década de 1930, no Brasil, foi demarcada pelo fim da alternância no poder das forças políticas e econômicas de São Paulo e Minas Gerais, protagonistas da chamada política do “café do com leite”, pela quais

oligarquias agrárias se consolidavam no poder a partir de fraudes eleitorais e conflitos armados. Em 1932, quando Getúlio Vargas tornou-se o presidente do Brasil, implantou a ditadura varguista com a consolidação do Estado Novo (1937-1945).

Como já foi visto, a Fundação Rockefeller, em parceria com o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), contribuiu para criação da Escola de Enfermeiras do DNSP, em 1923, quando foi inaugurado o primeiro curso naquela escola, que mais tarde tornar-se-ia escola “padrão” de ensino em enfermagem no Brasil, denominada Escola de Enfermagem Anna Nery, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A Fundação também apoiou a criação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, em 1942, possibilitando novo foco irradiador do ensino da enfermagem no Brasil, além da capital da República (Ferreira, 2006).

No início da década de 1940, sobretudo em 1942, ao ler os jornais veiculados na capital paulista, era comum o leitor encontrar notas e propagandas governamentais, estimulando o alistamento de mulheres para atuarem como enfermeiras na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No início da década de 1940 eclodiu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os anos de 1942-1945, recorte temporal escolhido para analisar a representação da enfermagem paulista no bojo do conflito beligerante, bem como a influência americana na enfermagem de guerra, época em que o Brasil se envolveu no conflito na condição de aliado ao bloco estadunidense, que se opunha aos imperativos da política alemã. Ainda que houvesse esforço de combate norte-americano à expansão do Eixo, este não eximia as bases de interesse em uma exploração econômica sistemática em um mundo pacificado. A americanização do Brasil pelos Estados Unidos legitimava a estratégia de “manter o continente como parte de seu mercado” (Tota, 2000, p. 35).

Os empenhos produzidos pelos dois países tinham em comum os interesses políticos do Brasil e dos Estados Unidos. Para tanto, as negociações se estenderam a diferentes campos como cultural, saúde, agricultura, administração pública, sistema de transporte e educação. Vale lembrar que a política vigente pautava-se pelos preceitos da ditadura estadonovista da Era Vargas, ou seja, governo que dentre suas determinações de poder, pretendia a aceleração do desenvolvimento industrial do país e a exportação de matéria-prima, como a borracha, imprescindível à indústria bélica, além de interesses geográficos, pois o Brasil oferecia estrategicamente espaço para bases aéreas (Alves, 2002).

No caso da historiografia brasileira, é perceptível a intenção da difusão de uma nova identidade nacional. O Estado Novo caracteriza-se pela cristalização de idéias como patriotismo, unidade nacional, corporativismo, ordem, progresso, culto “ao chefe da nação” como exemplo a ser seguido. O governo ditatorial de Getúlio Vargas tinha como prerrogativa o desenvolvimento de técnicas persuasivas de grande apelo popular, elaboradas para atingir as massas trabalhadoras. É possível sinalizar que a enfermagem brasileira, no período historicamente conhecido como “Era Vargas”, alcançou um de seus momentos mais marcantes no que diz respeito à procura pela profissão. Pode-se dizer que sua “ascensão”, ou melhor, propagação, estava atrelada aos interesses sociopolíticos da época.

A partir dessas premissas relativas ao envolvimento da enfermagem no contexto beligerante, na década de 1940, no tópico seguinte passou-se a discorrer sobre o papel da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha e sua relevância, tendo em vista o discurso populista, voltada à inclusão da mulher no mercado de trabalho.

5 O ENSINO DE ENFERMAGEM E A CRUZ VERMELHA NA MOBILIZAÇÃO FEMININA NO *FRONT* INTERNO (1942-1945)

O cenário “fabricado” pelo governo varguista com as estratégias do conflito bélico possibilitou avanços na questão da identidade da enfermagem e da profissionalização, ainda que um discurso hegemônico em prol de uma enfermagem caritativa, servil, humilde, dedicada e obediente constituísse as prerrogativas desta profissão. Por conseguinte, ainda que a política do Estado Novo tenha favorecido maior visibilidade e avanços políticos da profissão, há que se pontuar que as legislações da época relativas ao ensino na enfermagem no Brasil, até a promulgação da Lei nº 775/49⁷, não estavam regulamentadas; porém, a partir dessa promulgação estabeleceram-se exigências para o ingresso nos cursos de enfermagem. Tais exigências não eram uniformizadas, cabendo a cada escola estipular seus critérios para admissão dos estudantes de enfermagem. Contudo, a promulgação da Lei definiu alguns critérios no ensino da enfermagem, instituindo a duração do curso de enfermagem em 36 meses e o curso de auxiliar de enfermagem, em 18 meses.

Ainda em uma visão retrospectiva no tocante ao ensino de enfermagem no Brasil, a partir de 15 de junho 1931, o Decreto nº 20.109 regulou o exercício da enfermagem no Brasil e determinou a equiparação do sistema de ensino das escolas de enfermagem ao da Escola Anna Nery. Com isso, as escolas de enfermagem deveriam seguir o “padrão” de ensino proposto pelo sistema anglo-americano de ensino⁸. Cabe pontuar que nesse contexto político ocorreu a reinauguração da Escola de Enfermagem da Cruz

⁷ Lei nº 775/49 constitui a primeira Lei que regulamentou o ensino de enfermagem e de auxiliar de enfermagem no Brasil. A mesma Lei determinou que as escolas e cursos passassem a ser reconhecidos por decreto do presidente, e não mais equiparados a outra escola. Pode-se atribuir a adesão a essa Lei na época pelo tamanho impacto e poder adquiridos pelo então presidente Getúlio Vargas.

⁸ Anglo-americano ou americano de enfermagem moderna era caracterizado por serem cursos localizados dentro das universidades, embora fossem baseados no sistema nightingaleano, difere deste por não estar situado dentro de hospitais.

Vermelha Filial São Paulo⁹. No entanto, esta escola era filiada ao Ministério da Guerra, o que a eximia da equiparação, tornando-a independente e reconhecida por seu sistema de ensino próprio.

Outras escolas também seguiam legislação própria, como a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (atualmente vinculada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), que obedecia ao Decreto nº 791¹⁰, vinculado ao Ministério da Justiça. Por outro lado, a Escola de Enfermeiras do DNSP (atualmente Escola de Enfermagem Anna Nery – da Universidade Federal do Rio de Janeiro), vinculava-se diretamente ao Ministério da Educação e Saúde.

Contudo, os três ministérios (Justiça, da Guerra e da Educação e Saúde) não tinham hierarquia diferenciada que impactasse em um desrespeito mútuo. Sendo assim, cada escola seguia as normas próprias do Ministério a que pertencia, persistindo essa situação até a promulgação da Lei nº 775/49 (Monteiro, 2009).

A Cruz Vermelha Brasileira (CVB) foi fundada em 05 de dezembro de 1908, época em que a enfermagem brasileira detinha um caráter, preponderantemente, caritativo, pois se iniciavam no Brasil as primeiras escolas profissionalizantes de enfermagem. Os preceitos da CVB eram fomentados pelos princípios humanitários de serviço aos enfermos feridos de guerra ou vítimas de calamidades públicas, e sua atuação era reconhecida pelas condições de neutralidade na prestação da assistência.

Os princípios fundamentais da CVB se voltaram à capacitação de pessoas para as seguintes situações: a formação profissionalizante (enfermeiras) ou voluntariado, o que corroborava com os princípios adotados

⁹ Início e reinauguração da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Filial São Paulo serão abordados no decorrer deste capítulo.

¹⁰ Decreto nº 791 de 27 de setembro de 1890, primeira tentativa de organizar o ensino de enfermagem no Brasil. Institui a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospícios dos Alienados, atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto vinculada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

por Florence Nightingale (1820-1910), fundadora da enfermagem moderna e contemporânea de Henri Dunant (1828-1910), idealizador e fundador da Cruz Vermelha Internacional, que ao passar pelo campo de Solferino, na Itália, após a batalha travada pela Itália e França contra a Áustria (1859), sensibilizou-se com o abandono dos soldados de ambos os lados em conflito, tendo percebido, então, a necessidade de uma entidade neutra que atuasse em prol dos feridos de guerra (Oguisso, Dutra, Souza Campos, 2008).

Entretanto, uma observação intrigante à época, pois a instalação e atuação da CVB ocorreram em um período em que a enfermagem brasileira era caracterizada como atividade pré-profissional¹¹, exercida, majoritariamente, por religiosos ou pessoas sem preparo, oriundas das camadas sociais consideradas marginais, o que as caracterizava como vulgares. Por outro lado, desde o início de suas atividades no Brasil, o corpo assistencial da Cruz Vermelha era composto por enfermeiras, voluntárias “[...] oriundas de camadas sociais abastadas e reconhecidas, portanto, como verdadeiras damas [...]” (Oguisso, Dutra, Souza Campos, 2008, p. 24).

De maneira geral, o jornal *A Gazeta*, no início da década de 1940, através de suas publicações, propagandas e publicidades também manifestam uma imagem elitizada da enfermagem, o que corrobora com a situação acima. Entretanto, esse pensamento não cabia, necessariamente, a todas as mulheres da época, pois as propagandas políticas ampliavam o acesso de muitas mulheres cuja mobilização social representava a ida para o *front* de guerra.

Ademais, o historiador Cytrynowicz (2002) afirma que o apelo do governo, em cuja mobilização focava as enfermeiras, a oportunidade não era somente para mulheres elitizadas, pois “[...] incidia sobre mulheres das

¹¹ Fase pré-profissional – conforme (Silva, 1986), esta fase da enfermagem é caracterizada pelas [...] “práticas sociais que nasceram vinculadas às atividades domésticas, à mercê exclusivamente do empirismo das mães de família, de monjas ou dos escravos.”

classes médias, sobre trabalhadoras e também sobre as mulheres das elites paulistas e cariocas [...]” (Cytrynowicz, 2002, p. 107). Vale retomar, conforme o autor, que a profissão de enfermeira, na época, constituía um importante canal de afirmação social e profissional de mulheres, sobretudo das classes médias da população brasileira. “Quatrocentas moças da melhor sociedade brasileira trabalham nos serviços [...] da Cruz Vermelha” (*A Gazeta*, 2, outubro, 1942. p. 3).

Contudo, ao analisar esta propaganda veiculada como manchete de uma matéria sobre os serviços prestados pela CVB Filial São Paulo (FESP) e o estudo de Cytrynowicz (2002), é possível inferir uma preocupação da própria entidade com a elitização do cuidado e da identidade profissional. Tal fato pode ser corroborado, também, pela presença constante das autoridades políticas, civis e eclesiásticas nos eventos de inauguração, solenidade e formatura das enfermeiras. Essas formaturas eram realizadas em locais elegantes e frequentados pela elite paulistana. Na ocasião, a solenidade de formatura era celebrada no Teatro Municipal de São Paulo, contando com a presença de representantes ilustres do poder público, seguida de desfile das formandas pelas ruas da capital no dia seguinte, o que, de alguma maneira, afirma a ideologia do cumprimento do dever cívico e da mobilização social das demais mulheres.

Cabe pontuar, ademais, que no contexto da implantação da Cruz Vermelha no Brasil (1908), as classes pobres eram consideradas “perigosas”, do ponto de vista da saúde pública, ou pessoas imbuídas de “maus hábitos” de higiene ou potenciais transmissores de doenças. Portanto, pode-se observar que a instalação da Cruz Vermelha no Brasil ocorreu em meio a fatores que agravavam, consideravelmente, as questões de saúde da população, e que foi marco, sobretudo, na saúde pública durante o período de transição Império-República, qual seja: os preceitos de higienização da população, que se encontrava comprometida devido aos precários planejamentos de saneamento nas grandes capitais e a massiva imigração de estrangeiros. (Oguisso, Dutra, Souza Campos, 2008).

Conforme o Regimento da Escola de Enfermagem da CVB Filial do Estado de São Paulo (FESP) foi reinaugurado em 1940¹², com as seguintes modalidades: “Curso geral”: de um ano, sendo comum aos dois grupos e o “Curso especial”, de três anos de duração, sendo este reservado à carreira profissional. Essa estratégia do ensino colaborava para a inserção de um maior número de enfermeiras/samaritanas, atendendo aos interesses políticos da época, quais sejam: o maior número de mulheres passando pela Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira e recebendo instruções para mobilização social em um menor espaço de tempo, pois o artigo 7º do Regulamento da primeira turma de 1940 referia-se à matrícula das samaritanas para o curso especial, ou seja, a continuidade, que equivale ao segundo ano do curso. De certa forma, podemos inferir que havia uma estratégia excludente das candidatas para ingressar no curso profissional:

Àquelas candidatas que apresentem o certificado oficial de “Samaritana” e desejem prosseguir no curso de enfermagem é exigido um exame de promoção constante de prova escrita feita perante uma comissão de 3 membros designados pela Escola e baseada no programa completo do 1º ano do Curso geral (Regulamento da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira Filial São Paulo, 1940, p.9).

Contudo, é possível perceber pelas exigências da escola, que as mulheres que ingressavam no “Curso especial”, destinado a formar enfermeiras profissionais, eram diferenciadas em termos de recursos pessoais, pois além de arcarem com as despesas de matrícula tinham que se manter durante o período de formação (de três anos), o que corroborava com a propaganda política para a inserção massiva de mulheres na mobilização como “voluntárias” (o que era alcançado com o diploma de samaritana). Nessa perspectiva, o Art. 10º do Regulamento evidenciava que

A aluna para ser matriculada deve apresentar o seu enxoval individual e os uniformes exigidos pela Escola. A despesa de livros correrá igualmente por conta própria (Regulamento da Escola de Enfermagem – Regulamento da Escola de

¹² A Cruz Vermelha Brasileira Filial São Paulo criou a Escola de Enfermagem em 1912, que se destacava no preparo e na formação de enfermeiras voluntárias e cursos rápidos de urgência, por ocasião de conflitos bélicos desde a Primeira Guerra Mundial, como a Revolução Constitucionalista de 1932 e, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial

Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira Filial São Paulo, 1940, p.9).

Quanto ao processo de formação das estudantes, o primeiro ano abarcava matérias consideradas “relevantes”, pois era destinado à formação de Samaritanas, que necessitavam de certa instrução que as legitimassem como capacitadas para o atendimento de enfermagem. Conforme descrição no Regulamento, o curso de samaritanas

É destinado às moças ou senhoras que, não desejando seguir a profissão de enfermeira, queiram ao cabo de um ano de estudos gerais colaborar na obra de assistência e filantropia a cargo da Cruz Vermelha, na paz ou na guerra (Regulamento da Escola de Enfermagem – Regulamento da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira Filial São Paulo, 1940, p12).

No primeiro ano letivo da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira (FESP), abordavam-se conteúdos que contemplavam noções básicas para atuação profissional (higienização pública), melhor dizendo, conteúdos que avocavam as condições sanitárias relativas à saúde da população. Vale dizer que os cursos de voluntárias e enfermeiras tinham as mesmas disciplinas no primeiro ano, o que os diferenciava era o fato de que o curso de voluntárias era de duração de 12 meses e o de enfermeiras profissionais era de 24 meses.

Na Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha do Rio de Janeiro, criada em 1914, o curso era de 12 meses, com aulas teóricas e práticas e destinava-se à formação de voluntárias, que provinham da elite carioca (Mott, Tsunechiro, 2002).

Ao comparar o Regulamento da reinauguração da referida escola, em 1940, com o artigo das autoras supracitadas, podemos perceber que não houve notáveis mudanças no programa do curso, bem como permanecia o primeiro ano com conteúdo comum aos dois grupos: samaritanas e enfermeiras profissionais. Os cursos distinguiam-se em: “Curso geral de um

ano, comum aos 02 grupos e Curso especial de 03 anos reservado à carreira profissional” (Regulamento da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira Filial São Paulo, 1940. p.08).

Segundo o Regulamento da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha (FESP), em 1940, o programa do curso no primeiro ano compreendia: anatomia; fisiologia; higiene (com microbiologia e parasitologia); socorros de urgência; puericultura (com pediatria, alimentação e dieta); técnica profissional; ética profissional e como complemento: noções sobre terminologia médica. Assim, pode-se perceber que o primeiro ano do curso visava garantir uma noção abrangente para atuação das samaritanas. Ademais, a Escola conferia-lhes atestado para prestar serviços em consultórios médicos, postos e ambulatórios, mas ressaltava que “sempre como auxiliares voluntárias”, o que, mais uma vez, denotava a tão desejada imagem e atuação da mulher da década de 1940, sua prestação de serviços “voluntários” à pátria, não atuando como profissional autônoma, mas no papel de extensão do afazeres domésticos.

No início do século XX, considerando as condições precárias de saneamento, os preceitos da política varguista visavam a mobilização social, no sentido de propiciar a formação voltada para o atendimento das necessidades da saúde pública, pois a enfermagem era peça importante na materialização das propagandas políticas que propugnavam o ideal de uma “população saudável”.

Assim, a CVB preparava enfermeiras/samaritanas para colaborar na obra de assistência e filantropia a cargo da Cruz Vermelha, na paz ou na guerra, o que também não excluía a possibilidade de atuarem em consultórios médicos, postos e ambulatórios.

Através da pesquisa no jornal *A Gazeta* (1942 a 1945), foi possível apontar que uma das principais possibilidades de formação profissional da enfermagem, na década de 1940, contemplava a Escola de Enfermagem da

Cruz Vermelha Brasileira (FESP). Nesse mesmo período, fomentado pelos ideais bélicos em que o Brasil estava inserido, a Cruz Vermelha instituiu mais dois cursos que colaborava de certa forma, com o contingente da enfermagem: o curso de enfermagem de emergência, com um mês de duração e o de socorristas voluntárias, com dois meses de duração, compreendendo estudos teóricos e práticos, como informava a própria instituição:

A iniciativa da Cruz Vermelha Brasileira visa aproveitar a colaboração feminina, em auxílio para o qual a mulher parece ter nascido: a função de enfermeira. A pessoa doente ou ferida necessita, ao lado dos cuidados médicos, a atenta, paciente e carinhosa vigilância da enfermeira (*A Gazeta*, 7 de janeiro, 1942, p.5).

Na afirmação acima, além de outorgar o cuidado ao médico, evidenciava-se que a enfermagem constituía uma prática social que proporcionava a presença materna, por assim dizer: “atenta, paciente e carinhosa”, sem referência à atuação procedimental ou intelectual para a convalescência do doente ou ferido.

Alguns autores têm debatido se o cuidado representa objeto de trabalho ou objeto epistemológico da enfermagem. Nesse sentido, Leopardi, Gelbcke, Ramos (2001, p.46) propugnam que

[...] como profissão, a enfermagem pode e deve comprometer-se com a elucidação de aspectos inaparentes ou essenciais desta ação (de cuidar), de modo a tornar-se cada vez mais como uma região epistemológica no conjunto da ciência, mas também pode e deve propor-se a afirmar a complexidade da vida, sem deformá-la, superando a fragmentação imposta pela ciência, produzindo conhecimentos e técnicas mais integradas e mais próximas desta visão de totalidade, sem perda da identidade (Leopardi, Gelbcke, Ramos, 2001, p.46).

Assim, o cuidar inicia, se desenvolve e termina *na* e *com* a pessoa que se torna, momentaneamente, objeto desta ação, mas também a transcende, para assegurar sua ampliação à coletividade. É para pessoas e em pessoas que os trabalhos são desenvolvidos e, para isto, esta ação deve

ser plenamente conhecida, desde as suas razões morais e sociais até suas resultantes objetivas em termos terapêuticos, ou seja, em sua epistemologia (Leopardi, Gelbcke, Ramos, 2001).

Nessa perspectiva, cabe pontuar que através das propagandas e da veiculação dos eventos promovidos pela Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira (FESP), foi possível inferir que aquela escola abarcava um número considerável de profissionais de enfermagem na capital, cabendo pontuar, também, que ela tinha certa credibilidade na formação do contingente de enfermagem, pois legitimava outras entidades de formação e fornecia corpo docente para ministrar as aulas.

Sendo assim, entre as publicações veiculadas pelos cerimoniais dessa categoria, no início da década de 1940, o jornal *A Gazeta* dava maior destaque aos “Cursos da Cruz Vermelha”, tanto é que o jornal apoiava a ideologia varguista, logo não poupava homenagens à Escola de Enfermagem vinculada ao governo da época.

Não obstante, os cursos de formação em enfermagem tiveram, no período de 1942-45, uma significativa procura, ocorrendo de forma espontânea, podendo esse fenômeno estar articulado às propagandas políticas do governo brasileiro que, em discurso persuasivo, projetava a profissão como a imagem de “pátria mãe”, aquela que proporciona cuidados maternos aos filhos no *front* (Oguisso, Dutra e Campos, 2008).

Dentre os cursos oferecidos pela Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira Filial São Paulo, destacava-se o

Curso de primeiros socorros, destinado indistintamente, às senhoras que queiram ter noção dos socorros e primeiros cuidados aos necessitados, em casos de urgência (Jornal *A Gazeta*, 7, janeiro, 1942, p.5).

Propagandas semelhantes ao que se vê acima, e que estavam articuladas com a divulgação dos cursos oferecidos pela Cruz Vermelha de São Paulo, era muito comum de se encontrar nas páginas d’*A Gazeta* no

período dos três anos pesquisados, considerando-se o fato de que quase diariamente veiculava uma nota “conclamando” mulheres para compor o corpo de enfermagem da Cruz Vermelha. Ademais, neste mesmo período, havia o que se podia denominar de “alusão ao americanismo”, “à Política da Boa Vizinhança”, tão em foco na época (destaque do autor). Uma propaganda de cursos de primeiro socorros da Cruz Vermelha ressaltava que “Esse curso [...] será dado nos mesmos moldes dos outros congêneres da Europa e Estados Unidos” (Jornal *A Gazeta*, 7 de janeiro de 1942, p.5).

Nesse sentido, a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha (FESP) teve papel na mobilização em massa de um contingente feminino em prol dos interesses políticos no contexto estudado, com o escopo de angariar mulheres por meio de discurso eloquente que invocava “As mulheres do Brasil” ou “as nobres filhas deste grande país” para o papel que lhes competia naquele contexto, qual seja a prestação de serviço à pátria em um momento bélico.

No início do ano de 1942, logo quando o Brasil declarou estar na guerra ao lado dos aliados, a Cruz Vermelha intensificou a divulgação da sua Escola de Enfermagem, quase que diariamente o jornal publicava reportagens de destaque considerável e expressivo. Assim, o jornal *A Gazeta*, no dia 2 de fevereiro de 1942, publica uma chamada: “O que é o curso de enfermagem de emergência da Cruz Vermelha” e com um subtítulo

Uma iniciativa digna de encômios e que tem sido coroada de completo êxito – além daquele, a benemérita instituição mantém o curso de “samaritanas” e das enfermeiras profissionais (Jornal *A Gazeta*, 2 de fevereiro de 1942, p.5).

Nessa direção, duas imagens fotográficas são oportunas para elucidar o propósito da Escola de Enfermagem da CVB: a primeira fotografia retrata a diretora do Curso de Enfermagem, Dona Isabel Gomm, e a segunda registra uma classe de “senhoras e senhoritas que se preparam para a **piedosa missão** de enfermeiras de emergência”. (Jornal *A Gazeta*, 2 de fevereiro de 1942, p.5 destaque do autor).

Figura 1. O que é o curso de enfermagem de emergência da Cruz Vermelha. Fonte: Jornal A Gazeta, 02 de fevereiro de 1942. Arquivo Público do Estado de São Paulo

O adjetivo dado às enfermeiras na nota que acompanha a foto faz alusão ao caráter caritativo, forma como era vista e representada a profissão de enfermagem projetada pela Cruz Vermelha, naquele contexto.

Ainda na mesma reportagem, perpassando o caráter caritativo, peculiar do cristianismo, uma extensa reportagem que se inicia em discurso com frases emotivas como a

[...] solidariedade “humana tão santamente pregada pelo cristianismo”, “amor ao próximo”, “colaboração com o coletivo dentro de suas capacidades”, “servir – deve ser um ideal comum”, “já que os homens servem à pátria [...] cabe as mulheres, suas companheiras e animadoras participar [...] do esforço comum para a felicidade geral” (Jornal *A Gazeta*, 2 de fevereiro de 1942, p.5).

Calcada nos preceitos enfatizados anteriormente, a reportagem seguia com algumas especificações sobre os cursos oferecidos pela instituição, bem como o papel desenvolvido pelas enfermeiras que ali estudavam.

No campo político, o interesse da época varguista consistia na formação de samaritanas e voluntárias. Desse modo, o curso de samaritanas era de 12 meses, e a partir de 1941, foi instituído o de voluntárias, cuja duração era de 3 meses, ambos voltados para situações de guerra, pois eram formadas mais enfermeiras para as diversas atuações, em menor tempo de curso. Como bem observou Cytrynowicz (2002) “[...] o voluntariado dessas enfermeiras não-profissionais conotava sua disponibilidade patriótica, de servir à pátria”. (Cytrynowicz, 2002. P. 106)

No tocante, ainda, à formação da enfermeira, desde a sua profissionalização, as características positivistas¹³ sempre estiveram presentes. Segundo Carvalho apud Caleiro (2002),

¹³ Conforme ressalta Caleiro, 2002, o positivismo de Augusto Comte tem como atributos essenciais ao bom comportamento feminino, o discurso da “ordem”: praticar o culto privado do lar, procriar,

[...] o sistema moralizante que, recorrendo ao imaginário social e apoiando-se no conhecimento científico, consolidaram as transformações sociais e políticas que os intelectuais brasileiros e as classes dominantes almejavam (Caleiro, 2002, p.2).

É possível inferir que as classes dominantes, em particular a categoria médica utilizavam-se do imaginário social, por intermédio da política varguista para consubstanciar os ideais de domínio intelectual no campo da saúde. A classe médica, considerada “detentora do saber científico”, determinava e veiculava a atuação da enfermagem frente à execução dos cuidados aos enfermos.

Assim, por meio da enfermagem desde os primórdios da formação pela Cruz Vermelha Brasileira, consolidou-se o papel da medicina em definir a função da própria enfermeira, enquanto uma atividade profissional com representação da “mulher ideal”. Em estudo sobre “a imagem da enfermeira sob a perspectiva do médico”, realizado por Mott e Tsunechiro (2002, p.594), baseado em análise do livro didático “O Livro do Enfermeiro e da Enfermeira para uso das pessoas que se destinam à profissão de enfermeiro e das pessoas que cuidam de enfermos”, de Getúlio dos Santos¹⁴; publicado em 1916, e considerado o primeiro manual para o ensino de enfermagem profissional no Brasil, tal livro mereceu das autoras da pesquisa os seguintes comentários:

A mulher, diferentemente do homem, era vista como mais modesta em suas aspirações [...]. Outro motivo, para preferência (do médico) pelas enfermeiras, era por considerar a assistência dos que sofrem como sendo uma atribuição feminina desde sempre, uma vocação natural das mulheres, como mãe e filha, e a única compatível com a abnegação, o zelo e a fidelidade das representantes do sexo fraco (Mott, Tsunechiro, 2002, p.593).

criar, cuidar do marido e da manutenção da ordem da casa, além de ser a “musa inspiradora” para os filhos e maridos se tornarem homens honrados.

¹⁴ Getúlio dos Santos (1881-1928), médico diretor e professor da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira do Rio de Janeiro por muitos anos.

A análise também pode ser exemplificada mediante publicações na imprensa, sobretudo no jornal *A Gazeta*, que trazia uma coluna diária intitulada “Atividades Científicas”. Assim, no período analisado (1942-45), a referida coluna registrava a intelectualidade médica, destacando-se novos conhecimentos, resultantes de pesquisas científicas, além de notas jornalísticas sobre trabalhos de médicos considerados renomados à época. Entretanto, não foi encontrada notícia jornalística do referido jornal que, nessa coluna, fizesse menção ao saber “científico” relacionado à enfermagem, relegando à profissão o caráter de carisma ou de vocação, dispensando-se, propositalmente, a necessidade dessa carreira no intuito de afirmar-se pela cientificidade.

Nesse sentido, cabe destacar o fato de que o corpo docente e, por vezes, a direção da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira (FESP) eram compostos, em sua maioria, por médicos.

A doutrina conservadora da época considerava a mulher como responsável pela manutenção da moral, dos costumes e dos valores da família brasileira, além de agente social imbuído pela educação da prole. Nessa perspectiva, Caleiro (2002), em artigo sobre o papel das mulheres e o positivismo, destaca o papel de “educadora por natureza”; para tanto, exercer a profissão de professora, enfermeira, seria como manter as prerrogativas maternas da boa mãe, logo, “boa enfermeira”, combinação de altruísmo e bondade.

No intuito de efetivar o ideal do Estado Novo na transformação da enfermagem em uma meta nacional, tendo em vista a mobilização de um *front* interno, outras escolas e instituições de enfermagem de São Paulo também participavam desse movimento, inclusive, espaços físicos diversificados eram cedidos para que se ministrassem os cursos da Cruz Vermelha em São Paulo.

No sentido de mobilização das mulheres paulistas, o jornal *A Gazeta* veiculava várias possibilidades para o ingresso na enfermagem por ocasião da guerra. É evidente que a Cruz Vermelha Brasileira (FESP) se destacava nas veiculações dessas “conclamações” para cursos relacionados à enfermagem e convocações de ex-alunas dos cursos de enfermagem. No entanto, não se pode negligenciar o fato de serem expressivas as propagandas políticas em torno da Liga Feminina e voluntária na Defesa Passiva Antiaérea e da Legião Brasileira de Assistência, as quais não necessariamente eram cursos de enfermagem, mas recrutavam mulheres para outras finalidades como salões de costura, orientações e atendimentos à população durante os “apagões” semanais que aconteciam às sextas-feiras na capital.

Portanto, anúncios que frequentemente conclamavam as mulheres para a prática da enfermagem, naquele contexto, possibilitaram inferir que existiram várias outras escolas e hospitais ministrando cursos de “Socorros de Urgência” e “Cursos de Enfermagem”, “Curso de Emergência para Enfermeiras”. Entretanto, esses cursos eram regidos pelo corpo docente pela Cruz Vermelha, possibilitando, também, inferir que a ideologia da guerra e da nacionalização, certamente, estava presente naquelas instituições.

Verificou-se, também, em notas veiculadas pelo jornal *A Gazeta*, que a CVB tinha alguma parceria com a Escola de Enfermagem Anna Nery, situada no Rio de Janeiro, pois foram encontrados anúncios com chamados de ex-alunas desta escola para comparecer à CVB FESP. Assim, dada imagem fotográfica da época mostra uma situação de atendimento em via pública com a presença de enfermeiras da CVB FESP atuando em conjunto com uma colega da Escola Anna Nery. A nota ressaltava essa parceria na prestação do cuidado, o que possibilita a suposição de que a Escola de Enfermagem da CVB estava em consonância com a escola “padrão” de ensino de enfermagem, atendendo aos ditames do Decreto nº 20.109, de 15

de junho 1931, que regulamentava o ensino de equiparação das escolas de enfermagem.

Em 1939, iniciou o funcionamento da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, ligada à Escola Paulista de Medicina. Esta escola realizava divulgação do curso de enfermagem, oferecido naquela instituição, de uma maneira “mais discreta”, pois a diretoria da escola apenas publicava em nota: “Curso na Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo da Escola de Medicina e Curso de Enfermagem Obstétrica” (Jornal *A Gazeta*, janeiro de 1942, p.4).

Essas divulgações “discretas” e aparentemente imparciais remetem a outra inferência acerca da abertura de Cursos de Enfermagem de Emergência, pois sua editoração no anúncio aparecia da seguinte forma: “De acordo como comando da 2ª Região Militar, está sendo organizado pela Escola Paulista de Medicina, um curso de enfermagem em emergência”. (A *Gazeta*, 19 de setembro de 1942, p.7).

A expressão “de acordo” permite uma interpretação de submissão ou imposição de uma ordem emanada de uma instância de poder, no caso, a instância militar. É possível observar, ainda, que o referido anúncio estabelecia determinadas exigências às inscritas para o curso de enfermagem, a saber: “[...]1º ser brasileira nata; 2º saber ler e escrever; 3º ter mais de 17 anos e menos de 55.” (A *Gazeta*, 19 de setembro de 1942, p.7).

Com isso, ampliou-se a oportunidade de ter uma profissão para uma parcela maior de mulheres da época, pois era requerido que a candidata soubesse “ler e escrever”, não tendo que comprovar uma escolarização formal.

Em 1942, como fruto das concessões da “Política da boa vizinhança”, fora criada a Escola de Enfermagem de São Paulo, na Faculdade de

Medicina da Universidade de São Paulo, estando, portanto, anexada àquela última. Tal iniciativa ocorreu com uma parceria estrangeira e “[...] com decisivo apoio da Fundação Rockefeller” (Cytrynowicz, 2002. p. 112).

Portanto, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo e a Escola de Enfermagem de São Paulo, anexada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (atualmente Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo) não se subordinavam ao Ministério da Guerra, como ocorria com a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha. No entanto, elas estavam articuladas a outras questões políticas da época, seja na idealização e na construção predial, seja na dinâmica de funcionamento como campo para formação das alunas da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Filial São Paulo.

O Regulamento da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira Filial São Paulo, de 1940, também merece ser pontuado, pois previa que os cursos destinados à formação de samaritanas e enfermeiras profissionais destinavam-se a ambos os sexos. No entanto, a redação do Regulamento fazia menção ao sexo feminino, sobretudo quando se referia ao curso especial, direcionado para enfermeiras profissionais. Com isso, esse fato recrudescer outra discussão no tocante à idéia de que a enfermagem seria uma profissão eminentemente feminina, enquanto uma prática social efetuada, majoritariamente, por mulheres. Nesse sentido, percebe-se que as propagandas políticas da época estudada, bem como as próprias escolas formadoras dessa categoria revelam imagens que idealizam sua principal personagem: a enfermeira.

A enfermagem é representada como atividade própria para mulheres, cristalizando uma identidade profissional, especialmente no caso brasileiro, de uma profissão “boa para mulheres”. Contudo, a época em análise deixa traços que o interesse político em alavancar a enfermagem é para um determinado tipo de mulher, qual seja, branca, culta, jovem e saudável,

sobretudo as enfermeiras profissionais. Portanto, os homens nas atividades de enfermagem não eram explicitamente incluídos.

A pesquisa revelou, ainda, algumas poucas referências, sobretudo nas notas veiculadas no jornal *A Gazeta*, no tocante às propagandas da CVB de “Curso noturno de socorros para homens”, também realizado na sede CVB Filial São Paulo. Uma imagem fotográfica revela que enfermeiras da CVB FESP homenageiam um sargento enfermeiro por “[...] ter prestado relevantes serviços a diversas turmas de enfermeiras e samaritanas, ministrando-lhes também instrução militar” (*A Gazeta*, 14, dezembro, 1942, p.5)

Era limitada, dessa maneira, as divulgações no jornal *A Gazeta* acerca da participação de homens na enfermagem.

Portanto, a CVB (FESP) não só colaborou na projeção da mulher paulista por meios dos diversos serviços ofertados durante o conflito bélico, como promoveu uma ampla visibilidade à enfermagem, pois através dos documentos encontrados na imprensa escrita, desvelaram-se possíveis papéis e representações sociais acerca da enfermeira na época: educadora, formadora de opinião, mola propulsora do pensamento estadonovista, bem como a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho, como forma de emancipação feminina em tempos de mudança de comportamento social, em tempos de guerra mundial. Por conseguinte, o papel da CVB (FESP) fez denotar a importância da sua atuação como entidade formadora, corroborando para a constituição de uma identidade coletiva da enfermeira, veiculada pela imprensa escrita pesquisada.

Figura 2 – Homenagem a um sargento-enfermeiro. Fonte: Jornal *A Gazeta*, 14, dezembro, 1942. Arquivo Público do Estado de São Paulo

6 REPRESENTAÇÕES DA ENFERMEIRA NO JORNAL A GAZETA 1942 A 1945.

6.1 IMPRENSA DA DÉCADA 1940: A PROPAGANDA ESTADONOVISTA.

Nesse tópico, pretende-se chamar atenção sobre a maneira como era pensada a imprensa do início da década de 1940 e, sobretudo, como era representada a enfermagem no período. Não se almeja realizar uma análise historiográfica geral da imprensa jornalística, tampouco de toda imprensa brasileira, entretanto é imperioso o conhecimento de alguns traços essenciais para contextualizar melhor o período dessa investigação.

É possível assegurar que estudos históricos da enfermagem, ainda não são vistos de forma privilegiada na produção acadêmica brasileira, prevalecendo, muitas vezes, interesses pela produção científica em outras áreas do conhecimento, consideradas “mais nobres” pelos próprios enfermeiros. Talvez ainda se possa ampliar a utilização de fontes diversas nas pesquisas históricas em enfermagem, seguindo a proposição da Nova História, enxergando-as como ferramentas que possibilitam a ampliação da reflexão e da crítica da construção e/ou transformação de uma dada identidade profissional.

No entanto, pesquisas em enfermagem, em que são utilizadas as fontes jornalísticas, têm proporcionado abordagens histórico-culturais instigantes das práticas do cuidar, registros das ações dos pioneiros na institucionalização da enfermagem no Brasil, sobretudo os períodos das guerras mundiais, pois os jornais veiculavam os acontecimentos, imbricações sociais e políticas dentre os fenômenos bélicos que abalaram a sociedade, ou seja, tinham o poder de formar consciência e opiniões a despeito do evento vigente.

É importante salientar que a enfermagem sempre teve destaque em uma questão que se tornou o âmago da atuação do enfermeiro: o cuidado. Conclui-se que o jornal é fonte valiosa para o estudo da representação profissional no recorte temporal escolhido para este estudo, pois permite conhecer o papel desempenhado e representado pela profissão no conflito beligerante que compreende as implicações da Segunda Guerra Mundial no Brasil, sobretudo na capital paulista.

No que concerne às reflexões da enfermagem sobre o uso da fonte jornalística, sobretudo as fotografias publicadas nesse veículo de informação social, destaca-se alguns estudos realizados por pesquisadores enfermeiros e historiadores, que também tiveram como objeto de suas publicações a enfermagem representada iconograficamente. Assim, como exemplos da utilização desse tipo de fonte mencionam-se os seguintes estudos “A divulgação da competência técnica em socorro das enfermeiras da Cruz Vermelha (SP) nas circunstâncias da Primeira Guerra Mundial (1917-1918), publicado em 2006; “Enfermagem: Cruz Vermelha Brasileira e Anna Nery: 1915 - 1956”; concluída em maio de 2009; “Cruz Vermelha Brasileira (Filial São Paulo) na imprensa (1916-1930), publicado em 2009, além do livro cujo título é “Guerra sem Guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a segunda guerra mundial”, publicado em 2002.

Contudo, os estudos referidos não tratam exatamente da mesma periodicidade, no entanto utilizam também da fonte jornalística para analisar mentalidades, ideologias e identidades na trajetória histórica da enfermagem.

Na década de 1940, a “**grande imprensa**”¹⁵ tornou-se uma fonte muito rica para o estudo das representações desse período, pois de modo similar aos meios de comunicação da época, os jornais sofreram grande influência das políticas exteriores, sobretudo as experiências alemã e nazista, no que se refere à propaganda política, cujo objetivo era a união de todas as atividades e ideologias. Os preceitos de moral e educação da época eram o pano de fundo para manipular a imaginação pública fazendo apelo aos sentimentos. Nesse contexto, a imprensa caracterizava-se por uma linguagem simples, imagética e de certa forma agressiva, pois intencionava provocar paixões para atingir diretamente as massas. (Capelato, 1999, destaque do autor).

Além dos preceitos da política germânica na propaganda brasileira, apreciada por alguns admiradores do fascismo, como Lourival Fontes – diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda – o Brasil sofreu influências dos efeitos desencadeados pelos objetivos político-econômicos da “Política da Boa Vizinhança” para controlar por vias ditas pacíficas, o antiamericanismo e o crescimento do comércio e da influência do Eixo no subcontinente. Para isso, os Estados Unidos adequavam sua política das “boas relações” com as “outras Américas”, atribuindo importância exacerbada, sobretudo à comunicação, que se centrava na mídia impressa, rádio e cinema.

As influências dessa vertente, associada à promoção de atividades culturais, repercutiram sobre a enfermagem brasileira, que, por sua vez, não se isentou das estratégias apregoadas na propaganda¹⁶ política getulista,

¹⁵ Cabe destacar que o termo “grande imprensa”, ainda que legitimado, é muito vago e impreciso, pois remete a sentidos e significados peculiares em detrimento do momento histórico em que é empregado. Conforme (Luca, 2008) o termo compreende a porção mais significativa dos periódicos em um dado contexto, em termos de circulação, perenidade, aparelho técnico, organizacional e financeiro. De um modo geral (Sodré, 1998) destaca que o termo compreende as transformações ligadas às relações capitalistas, e situa-se aqui, a passagem da pequena à grande imprensa, ou seja, da imprensa artesanal (últimas décadas do século XIX) à imprensa industrial, fim da primeira metade do século XX. (Sodré, 1998, p. 391).

¹⁶ O conceito de propaganda difere de publicidade na medida em que o primeiro trabalha com a propagação de idéias, crenças, princípios e doutrinas, seria uma influência sobre a ação ou opinião

pois a palavra de ordem era a da enfermeira como “Pátria Mãe”. Conforme assinalou Pereira apud Mello e Novaes (1998), neste período “a família era considerada o centro da vida e se torna um empreendimento cooperativo para ascensão social” (Mello e Novaes, 1998, p. 589). Nesse sentido, a importância da mulher como conciliadora do lar, nos seus papéis de mãe, amiga e dona de casa estavam em pleno acordo com os ideais propostos para a mulher brasileira, no caso a enfermeira, na vigência do Estado Novo.

Dentre a classificação tipológica de propaganda, cabe destacar neste estudo a propaganda política, pois esta tem a intenção de ser permanente, além de propiciar a difusão de ideologias (políticas), programas e filosofias partidárias. Portanto, a propaganda política tornou-se um dos grandes fenômenos dominantes no século XX e um instrumento poderoso para consolidação de movimentos políticos (ideológicos), tais como comunismo, nazismo e fascismo. Cabe pontuar que os dois últimos movimentos atraíram políticos e influenciaram posturas e ideais que dominavam o período, como se evidenciou na postura do diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, da época, Lourival Fontes, jornalista e escritor sergipano, que se manifestara como admirador do fascismo italiano naquele contexto.

Conforme Sodré (1998), o desenvolvimento da imprensa paulista no início do século XX é marcado pelo aparecimento de novos jornais, sobretudo a partir de meados da década de 1920, em sua maioria de propriedade de Assis Chateaubriand¹⁷, precedido por Júlio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*¹⁸, desde 1902. Vale dizer que, o

de indivíduos ou grupos a fins predeterminados. Childs, 1967, p.96. No entanto, o segundo trata das questões inerentes à divulgação de produtos ou serviços, com objetivos de interesse comercial, apelando para os sentimentos de conforto, prazer, etc. Malanga, 1972, p.12.

¹⁷ Um dos homens públicos mais influentes no Brasil entre as décadas de 1920 e 1940. Proprietário dos Diários Associados, rede de imprensa em que imperavam os meios de comunicação desde a década de 1920 no país.

¹⁸ Jornal paulista diário e matutino fundado em 1875 com o nome de *Província de São Paulo*; a partir da República, passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*. Foi um jornal que se manteve “neutro” politicamente durante o Estado Novo e a despeito disso, em 26 de março de 1940 teve sua sede invadida pela polícia. Diretores e funcionários expulsos e o prédio interditado por soldados da força pública, permaneceu assim até 7 de abril do mesmo ano, quando voltou a funcionar com nova

fotojornalismo, desde a sua consolidação na década de 20 até os dias atuais, apresentou permanente evolução. Mas só na década de 50 é que foi reconhecido e valorizado o trabalho do repórter-fotográfico, garantindo remuneração compatível e credibilidade das imagens fotográficas, justificando, assim, a ausência de autoria das fotografias selecionadas no jornal *A Gazeta* do período de 1942 – 1945. Contudo, a fotojornalismo gozava de privilégios na década de 1940 por não existir a televisão (Guran, 1992, p.51).

Sodré (1998) ainda ressalta que, na década de 1940, considerando as características bélicas e estadonovistas, a maioria dos fotógrafos tinha preparo e interesses de cunho nazifascista, pois se fazia muito o uso da chamada imagem síntese, ou seja, um fotógrafo preparado que produzisse a fotografia certa para determinada ocasião, de modo que “a imagem que falava por si”.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) constituiu-se em um órgão que marcou a atuação da imprensa na década de 1940, tendo sido criado pelo Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939 e foi extinto em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei nº 7.582. Tal órgão, além de exercer censura sobre todos os meios de comunicação, investia maciçamente na propaganda do regime vigente estadonovista, que por sua vez focava na cultura e na educação como uma das principais dimensões estratégicas para viabilizar o projeto *nacionalizador* do Estado Novo. Essas propagandas forjavam, ainda, um forte sentimento de identidade nacional, essencial para o fortalecimento do Estado.

Assim, o governo de Getúlio Vargas soube utilizar-se da enfermagem para engendrar a população feminina nos moldes do Estado Novo, inculcando nessa população o ideal de servir à sociedade como “mãe da

diretoria, articulada com os interesses da situação. Segundo CPDOC/FGV (2009), as orientações governistas foram mantidas até 1945.

pátria”. Em vários veículos de comunicação de massa, instituíam-se campanhas que veiculavam o envolvimento feminino nos esforços de guerra.

Essas propagandas entusiastas em torno da mulher e de suas variadas formas de apoio ao Estado apareciam em muitas das páginas do jornal *A Gazeta*, sendo comum o leitor encontrar matérias que tratavam da questão feminina nas notícias, colunas específicas, propagandas políticas e publicitárias dos mais diversos produtos, evocando e conclamando, assim, não só a ideologia e o movimento social da época, como também o aspecto econômico em que a enfermagem aparecia nas propagandas, naquele contexto.

Observou-se que a mulher tinha uma representação peculiar nas páginas do jornal *A Gazeta*, pois estava sempre exposta de maneira que parecesse “glamourosa”, “feminilizada”, nas festas, jantares e demais eventos sociais, entretanto não se verificou nenhuma matéria em destaque em que as mulheres fossem veiculadas como protagonistas sociais ou em aspectos políticos.

A fim de demonstrar o estilo das crônicas semanais que abriam espaço para o papel da mulher na sociedade, havia página exclusiva veiculada durante o ano de 1942, às quartas e sextas-feiras, com o título de “..sua Página, Senhora!...”. Era muito comum o leitor se deparar com matérias que tinham como foco o papel esperado da mulher patriota: altruísmo, amor, subserviência, bondade, e, sobretudo que não representasse muita distância do seu papel social.

ENFERMAGEM, defesa passiva, assistência social! É preciso que cada uma escolha, conforme suas aptidões, o setor onde irá contribuir com a sua inteligência, seu tempo, e sua dedicação para a vitória final! Difícil, uma vez fixada a escolha é preservar sem desânimo. Não se façam ilusões, por empolgante que lhe pareça a princípio uma dessas atividades, a monotonia si for fácil, o cansaço dos incessantes problemas a serem resolvidos, si o seu posto for de maior responsabilidade, são dois inimigos comuns a todo trabalho. Aceite de antemão qualquer sacrifício, até os pequeninos! Encare a sua tarefa com olhar objetivo e generoso, e

terá forças para tudo. Quantas vocações não hão de revelar entre nós, estes exercícios femininos! Quantas almas com verdadeiras qualidades humanas, de compreensão e amor, quantas mãos habilidosas, conhecerão o próprio valor e não admitirão daí em diante a permanecer ociosas (A.B. *A Gazeta*, 30 de setembro, 1942, p. 8).

Nesse sentido, também foi muito frequente encontrar nas páginas do jornal analisado várias propagandas políticas varguistas, sejam elas diretas

Figura 3 – Brasileiro! Estes olhos mesmo a distância te interrogam: cumpriste hoje os teus deveres para com a pátria? Responde. Propaganda política do governo Getúlio Vargas. Fonte: *Jornal A Gazeta*, 24 de setembro de 1942, p 1. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ou indiretas, que não foram necessariamente quantificadas na presente investigação, por não constituir o objeto de análise do estudo. Entretanto, faz-se mister trazer à baila uma propaganda expressiva (ocupava aproximadamente 70% da página) na capa do jornal *A Gazeta*, veiculado no dia 24 de novembro de 1942, cujo anúncio representava o poder de persuasão e a ideologia dominante no período, que incentivava certa “devoção” ao governo vigente.

Os temas abordados nas notícias sobre a enfermeira, mais propriamente a mulher paulista, reportavam-se nas mais variadas formas de apresentação: fotografias de eventos sociais beneficentes, de formaturas, de desfiles pelas ruas da capital paulista, notícias sobre bolsas de estudo nos Estados Unidos e propagandas publicitárias dos mais diversos produtos.

A imagem da enfermeira era representada como uma necessidade ao fortalecimento da nação, pois seus cuidados de mãe e de mulher seriam estendidos aos soldados no *front*, tal qual as que não participassem diretamente na guerra, deveriam ser colaboradoras no *front* interno, pois a mobilização era crucial à vitória.

Como ressalta Cytrynowicz:

[...] essa imagem, construída pelo Estado Novo, pretendia instituir a vivência da guerra, no front interno, como experiência coletiva que deveria unir todos os homens e mulheres, todos os brasileiros, sem quaisquer estratificação ou divisões sociais, conjugando mobilização de guerra e adesão política ao Estado Novo (Cytrynowicz, 2002,p.19)

Entretanto, as campanhas que evidenciavam o papel das mulheres na guerra não se restringiam apenas à profissão de enfermagem, tampouco a imprensa escrita. Tota (2005, p.146) destaca propagandas de rádio, louvando o trabalho das mulheres em vários segmentos sociais em prol da mobilização: “[...] A mulher e o esforço de guerra [...]”. Nesses programas eram veiculadas, de diversas maneiras, como as mulheres colaboravam nos

esforço de guerra, como: “[...] o trabalho das enfermeiras americanas [...]” (Tota, 2005, p.150).

Do mesmo modo, Simili (2007) também pontua as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência (1942-1945), alusivas ao que a mulher poderia e deveria atuar face à situação política de conflito imperante, naquele período. Assim, a autora destaca a campanha idealizada pela Senhora Darcy Vargas, então esposa do Presidente Getúlio Vargas, que objetivava, com propagandas persuasivas, mobilizar mulheres como voluntárias para os esforços de guerra, amparando os soldados feridos. Essas mulheres poderiam compor os serviços de costura, ser voluntárias da Defesa Passiva-Antiaérea, também serem responsáveis pela orientação alimentar, além da oportunidade de se tornarem Samaritanas Socorristas, Auxiliares e Visitadoras Sociais e Educadoras Sociais.

Ademais, a mesma autora traz no seu estudo outras campanhas veiculadas em cartazes ou revistas de grande tiragem na época, como a revista de impacto *O Cruzeiro*, que também perseguiram o mesmo intuito: o de envolver mulheres. Entre as campanhas se destacavam: “A Horta da Vitória”, incentivando o cultivo de hortaliças e legumes nos seus quintais. Além disso, algumas outras campanhas se destacavam, como a campanha dos “Livros dos Combatentes”, com vistas à obtenção de livros para compor uma biblioteca para os soldados e “as madrinhas dos combatentes”, com o objetivo de conseguir mulheres dispostas a escreverem cartas e se comunicarem com os soldados, “[...] com vistas a levar conforto espiritual e saber de suas necessidades no front de guerra”. (Simili, 2007, p. 168,).

O discurso hegemônico da imprensa, sobretudo nos jornais que apoiavam o governo e suas imposições, a enfermagem era preconizada como uma formação técnico-profissional, fundada no ideal de servir à pátria, aos feridos na guerra e à população acometida por um possível ataque do inimigo, tal qual se manifestava com o movimento da “Defesa Passiva

Figura 4 – Um juramento e um símbolo. Jornal *A Gazeta*, 5 de dezembro de 1942, p. 3. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 5 – Ciência e caridade. Óleo sobre tela. Picasso, 1897. Fonte: *Coleção Folha Grandes Mestres da Pintura*, 2007, p. 34

Antiaérea”, como ideal de mulher que se predispunha a demonstrar seu empenho à pátria em tempos de guerra.

Na figura 4, cujo título “Um juramento e um símbolo”, veiculada no dia 05 de dezembro de 1942, em que se comemora o aniversário da CVB, observa-se que abaixo da imagem foi publicada uma matéria escrita que se iniciava como o juramento: “perante a minha consciência e perante todos prometo, visando somente o bem da humanidade, indo nessa missão até o sacrifício, dar o que de mim houver de esforço, abnegação e carinho, para bem servir, amparar e assistir a todos quantos, indistintamente, em tempo de guerra ou de paz, precisem da Cruz Vermelha” (*A Gazeta*, 05 de dezembro de 1942, p3). Esta fala era proferida pelas enfermeiras e socorristas ao receberem o “diploma que as integrava nos batalhões sublimes da bondade feminina arregimentada sob a bandeira acolhedora da Cruz Vermelha” (*A Gazeta*, 05 de dezembro de 1942, p3).

A imagem de duas enfermeiras identificadas como “Um juramento e um símbolo”, sobretudo a parte colorida com a enfermeira à frente das bandeiras, sugerindo que remete à representação que a mulher tinha à época, em consonância com os preceitos ideológicos, políticos, religiosos e sociais. É possível supor que tais preceitos eram eminentemente ideológicos, pois fazia parte do contexto da imagem a questão da bandeira nacional, a bandeira da Cruz Vermelha; no enfoque religioso, é possível inferir o uso do uniforme, sobretudo o véu. Segundo Perrot (2006), o véu é revestido de múltiplas significações, em suma, ele é sinal de dependência, de honra e de pudor. Portanto, a posição de reverência e de juramento na imagem remete ao compromisso assumido, social e religiosamente, pois são, dessa maneira, conferidas credibilidade e legitimidade à mulher ao dedicar-se altruisticamente à enfermagem.

Ainda na figura 4, é possível perceber uma enfermeira sentada ao lado de um enfermo, ferido. Simbolicamente pode-se pensar que numa intenção de oferecer conforto, segurança e, sobretudo companheirismo, ou

seja, símbolo do lar, algo tão distante no *front*, mas que com a presença da enfermeira isso se tornaria menos doloroso. Esta mesma figura na imagem analisada nos remete a um paralelo à “Ciência de Caridade”, 1897, pintura de Pablo Picasso (figura 5). O artista registra em sua obra a presença de personagens que compõem a esfera do cuidado, ou seja, a presença do médico, da igreja, representado pela religiosa, a criança como extensão do lar, da família e o doente propriamente dito.

No entanto, essas personagens são distribuídas na pintura de forma que o médico aparece focado no biológico, no exame do pulso do doente, na fisiopatologia, de maneira que fica posicionado de um lado do enfermo e os demais são distribuídos do outro lado da cama, o que denota a seguinte interpretação: as questões religiosas e a presença da família estão em outra dimensão do atendimento médico, do outro lado da cama, como se uma questão fosse desvinculada da outra, ou seja, o cuidado e o saber científico.

Não obstante, a enfermagem representada na figura do jornal predispõe-se ao âmbito do cuidado, e não propriamente a cientificidade necessária para tal. Nesse sentido, a evidência iconológica, representada pela mídia impressa da época, evocava a enfermagem em seu mister de altruísmo, abnegação, caridade e servidão. Talvez a figura 5 (do médico sentado ao lado do leito do doente e a religiosa em pé) possibilite inferir que bastava à enfermeira ser altruísta e devotada, dispensando-se um embasamento teórico para agir, pois ao médico competia deter tais conhecimentos e à enfermeira tão somente seguir suas ordens.

6.2 ENFERMAGEM E A AMERICANIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1940

Dos documentos encontrados no jornal *A Gazeta* de 1942 a 1945, podemos observar que alguns se referiam a aspectos que refletiam a representação das alianças Brasil - Estados Unidos no período.

Segundo Tota (2005), o termo *americanização* remete aos anos de 1940 a 1945, em que o Brasil se permitiu aproximar laços de dependência cultural e econômica dos Estados Unidos. Um termo que significaria emergir de uma sociedade atrasada, letárgica para a modernização.

Por assim dizer, esse processo foi denominado também como uma espécie de concepção imperialista, ou seja, relações culturais baseadas na eliminação de uma cultura mais débil por imposição de outra aparentemente mais poderosa ou mais bem provida de elementos de expressão.

O plano de americanização brasileira foi embasado na “Política da boa vizinhança” de Roosevelt; dessa forma, favorecia a fabricação e a implantação de ideologias criadas pelo governo norte-americano, a fim de minimizar ou afugentar possíveis resistências à aproximação política entre os dois países. *Americanizar* o Brasil era uma tarefa importante, pois sua localização no hemisfério poderia render grandes benefícios aos interesses bélicos dos Estados Unidos, como também oferecer sérios riscos com ameaça ao seu mercado, pois a “fraqueza” dos países da América Latina, não só econômica e socialmente, mas também do ponto de vista militar, poderiam representar uma ameaça direta aos Estados Unidos.

Para o alcance do resultado esperado com a americanização do Brasil, foram empregadas várias estratégias nos meios de divulgação, sobretudo o rádio e o cinema. Entretanto, optou-se, no presente estudo, pelos reflexos ou consequências desse processo representado pela mídia impressa.

Após o ataque de Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, os Estados Unidos declararam guerra ao Eixo. A propaganda passou a fazer parte dos produtos estratégicos para o esforço de guerra, assim como a borracha e o quartzo brasileiro. Nesse bojo do enaltecimento da propaganda norte-americana nos meios de comunicação brasileira, acreditava-se que não só a venda de produtos norte-americanos era importante, mas também

o “modo de vida americano”, um modelo a ser seguido por meio de “informações” positivas sobre os “Estados Unidos”.

Esse modelo americanizado atingia toda a esfera de vida privada do brasileiro. Ao analisar os jornais do período, foi possível identificar propagandas que enfocavam os mais variados âmbitos do cotidiano brasileiro, simbolizando a sedução provocada pelo mundo avançado, moderno e com ideias de progresso.

Com o intuito de veicular a americanização, as propagandas também evocavam a enfermagem nesse contexto. Várias eram as possibilidades de demonstrar a profissão de enfermeira e os benefícios que podiam trazer à coletividade com o cuidado aos feridos, sendo a “mãe da pátria”, protetora em especial, diante de uma situação beligerante.

Dentre as atuações que aparecem na mídia impressa, ditas como “boas para mulheres”, inclusive usadas como exemplo a ser seguido pelas brasileiras, destacam-se algumas publicações que veiculam a profissão de enfermagem no contexto da americanização.

Um dos temas abordados nas notícias do jornal *A Gazeta* sobre a enfermagem poderiam ser categorizados como “representação do processo de americanização na enfermagem”, que destacavam feitos de enfermeiras norte-americanas, da própria Cruz Vermelha norte-americana. Essas notícias mostravam desde o fardamento de enfermeiras no *front*, as enfermeiras brasileiras que foram contempladas com bolsas de estudo nos Estados Unidos, filmes norte-americanos protagonizados por enfermeiras na guerra, etc.

A veiculação das notícias no Brasil, sobretudo na capital paulista, sobre a enfermagem ou mesmo a mulher norte-americana, aponta para os pressupostos da política externa dos Estados Unidos e a adesão brasileira

em prol dos acordos firmados entre os dois países com a ideologia ou a “Política da Boa Vizinhança”.

Nesse sentido, observou-se uma reportagem sobre os serviços da Cruz Vermelha norte-americana, o “Volunteer Service of the American Red Cross”- matéria com o seguinte título: “A participação da mulher na guerra atual”, seguida do subtítulo “O sub-comitê norte-americano em São Paulo, de Socorros as vítimas de guerra – A mulher está sendo mobilizada”, na qual destaca-se a imagem da diretora “fardada” com a seguinte legenda “Soldado a quem são poucas as palavras de encarecimentos aos trabalhos até agora prestado em defesa da causa dos aliados” (*A Gazeta*, 4, março, 1942, p.8). A publicação da referida matéria pretendeu abarcar dois âmbitos: a inserção da mulher no contexto bélico e a legitimidade e credibilidade da Cruz Vermelha, como instituição internacional que promove a oportunidade de a mulher mobilizar-se em função da guerra e em defesa da sua pátria, talvez, estas últimas como um exemplo a ser perseguido pelas enfermeiras brasileiras no *front*.

Outra matéria veiculada com característica muito semelhante apontava para “[...] a propósito da nova ordem que torna obrigatório toda a mulher brasileira a obtenção do diploma de enfermeira [...] o diploma de enfermeira para mulheres que exercem funções públicas equivale à carteira de reservista para os homens”, logo abaixo, o texto que se desenvolve para uma reverência às mulheres norte-americanas como representantes do “*sexo-flaibe* de todo o mundo” exemplifica como relato de publicações de fotografias das revistas norte-americanas “como provas convincentes da presença da mulher **na frente** [...]”. Na mesma matéria, são feitas algumas citações de filmes, com a presença de mulheres no esforço de guerra. Em suma, percebe-se certa comparação com uso de obras das norte-americanas, não obstante, como um exemplo a ser seguido. Vale ressaltar que o título da matéria é “Women’s Defense”, o que já remete para a americanização do vocabulário nacional. Outro aspecto curioso da propaganda da época refere-se ao desejo de visibilidade do esforço das

mulheres estadunidenes em prol da guerra e da legitimidade desse anseio como algo proveitoso e vantajoso ao país. Matéria assinada por “Marilu”. (*A Gazeta*, 1942, p.4).

Conforme Tota (2005, p.19), havia a preocupação de construir uma imagem modelar dos Estados Unidos de forma amigável e não prepotente, sem demonstrações de arrogância, pois os norte-americanos “possuíam o segredo do progresso e, o que era mais importante, eles estavam dispostos a compartilhá-lo com o Brasil”, essa era a filosofia que deveria perpetuar nas mentes do povo brasileiro.

Assim, os Estados Unidos como modelo não ficavam somente nas representações que eram passadas no próprio território brasileiro; havia a possibilidade de adquirir esse conhecimento *in loco*, por meio de bolsas de estudo para as mais variadas profissionais, e concedidas pela Fundação Rockefeller, “beneficiando” pilotos, médicos, jornalistas e enfermeiras, sendo esta uma das estratégias de materialização das relações culturais entre os dois países.

A Cruz Vermelha Brasileira também adquiriu visibilidade como órgão incentivador nas relações culturais entre Brasil e Estados Unidos no âmbito da saúde. Uma notícia veiculada no jornal *A Gazeta*, no dia 17 de agosto de 1942, p.8, evidenciou, mais concretamente, esse fato, da seguinte maneira: “Uma enfermeira paulista vence a 1.^a bolsa de estudos da Rockefeller”. A matéria atribui valor à medida que destaca o nome Senhora. Sarah Macedo de Oliveira, destacando a profissão da candidata (enfermeira-chefe); sua origem profissional, do Hospital de Crianças em Indianópolis, explicitando, ademais, que a conquista da “valiosa bolsa de estudos” foi por intermédio da Missão Rockefeller.

Estava claro, portanto, que a americanização tinha como foco convencer os brasileiros que os Estados Unidos sempre foram amigos do Brasil, sendo esta uma das metas levadas a cabo pelos meios de

comunicação de massa. No entanto, havia o esforço para combater a expansão do Eixo e a enfermagem também não ficou isenta de alguma simbologia a despeito da repulsa aos alemães.

“Enfermeira alemã é presa porque fazia campanha contra a nacionalização do hospital” (*A Gazeta*, 23, julho, 1942, p.6). Este era o título de uma notícia veiculada pela *A Gazeta*, pois tratava de uma “informação” sobre o fim da trajetória da enfermeira alemã que

[...] em virtude do plano de nacionalização de todos os estabelecimentos considerados de grande utilidade pública pela natureza dos serviços que executam [...] além de “determinar a mudança do nome do Hospital Alemão”, para o de “Hospital Oswaldo Cruz”, nomeou para substituir sua diretoria os médicos Miguel Coutinho e Auro Amorim, respectivamente diretor geral e diretor clínico. A nova diretoria teve de enfrentar uma série enorme de obstáculos, não só porque grande parte dos funcionários do hospital era composta por alemães, como e principalmente porque, logo depois da diretora, se encontrava, em função de importância, a irmã superiora Gerda ou Gertrud Zeifer, a qual, não contente com a situação, iniciou uma campanha criminosa de desmoralização contra os novos diretores e assumiu uma atitude de resistência passiva as ordens recebidas, procurando assim, estabelecer verdadeira confusão administrativa e disciplinar, que redundasse no absoluto descrédito do estabelecimento. Em virtude da atitude prejudicial e insolente de Gerda, foi determinada sua prisão, sendo instaurado processo (*A Gazeta*, 23, julho, 1942, p.6).

Estes registros, mais uma vez, apontam para as estratégias da americanização brasileira e seu impacto na enfermagem.

A exposição da notícia intitulada: “A enfermeira alemã foi presa” (*A Gazeta*, 23, julho, 1942), possibilita considerar que a sociedade brasileira já era miscigenada de europeus italianos e alemães e que havia resistência ao movimento de nacionalização¹⁹. Contudo, essa manifestação era rotulada pejorativamente como “resistente”, “insolente” e “causadora da desordem”. Entretanto, a enfermeira alemã protagonizou um movimento de não aceitação de uma ideologia embasada no conceito de “que vença o mais

¹⁹ Compreendia algumas premissas excludentes do governo varguista com os japoneses, alemães e italianos. Existia também o “Curso de Nacionalização”, como oportunidade para os estrangeiros residentes no Brasil, oferecido pelo Estado e ministrado com aulas de português e história do Brasil, pela Legião Brasileira de Assistência.

forte”. Embora ela tenha sido silenciada pela história, sobretudo a história da enfermagem, o registro no jornal não deixa de ser interpretado como um posicionamento de um profissional ativo politicamente, e que lutou, chegando à condição de mártir daquela causa. Esse fato contradiz, de certa forma, a imagem representada e esperada da enfermeira na época, vista como dócil, passiva, abnegada, subserviente e caridosa.

6.3 ENFERMAGEM E A PROPAGANDA PUBLICITÁRIA

Os anos 30 e 40 foram tomados pelo crescimento capitalista proporcionado pela acelerada urbanização e industrialização, sobretudo em São Paulo, considerada a máquina “locomotiva do Brasil”, como era conhecida a cidade na época, justamente pela sua rápida ascensão econômica e social.

Desta forma, também se expandiu o mercado de consumo, o que era fruto das exigências de modernidade, ou seja, produtos de qualidade, apresentáveis e que facilitavam a vida cotidiana do consumidor. Todo o cotidiano social, político e econômico do paulistano (obviamente, dos brasileiros, também) eram influenciados pelo conflito bélico instalado na Europa, com propagandas políticas alertando para a mobilização da nação em prol de um *front* interno. Esse contexto era propício a que as propagandas publicitárias focalizassem a situação bélica a fim de atingir seu público alvo, inclusive a enfermagem, que também adquiria certa visibilidade e era estampada sua representação, intencionalmente, nas campanhas publicitárias dos jornais. Assim, era, de certo modo comum, o leitor deparar-se com imagens de enfermeiras apresentando os mais variados tipos de produtos, desde remédios, combustível a clínicas médicas. Essa, talvez, pudesse ser uma representação da imagem da enfermeira como sinônimo de credibilidade, confiança e saúde.

"O que a Mulher Moderna deve Saber"

por D^a MARY KELLY
Enfermeira Diplomada

UM CASO TYPICO...

1
Todo mes Lucia M. era uma vítima do medo! Aciava por passear mas a idéa de um exame certo aterrorizava-a. Um dia uma amiga recomendou-lhe "Modess".

2
Lucia M. não sómente seguiu o sabio conselho como achou ser facil adquirir "Modess", cujo preço está ao alcance de todas.

3
doje em dia, Lucia M. está livre de pavores, graças á "Modess". Vai onde quer e quando quer, segura de que acabaram-se os perigos.

Leia os conselhos desta enfermeira diplomada:
"Modess é recommendada pelas clinicas e pela classe medica. E' tão flexivel e confortavel que nunca irrita, e dá extraordinaria liberdade de movimento. Sua grande absorpção proporciona protecção absoluta. Adapta-se discretamente ás linhas do corpo, e não apparece. Modess é a toalha hygienica perfeita — não pode falhar, e, porisso elimina por completo o desassossego dos dias criticos".

Modess

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL

AMOSTRA GRATIS - Envie-me 1.500 para receber uma caixa contendo 3 amostras e o livrinho "O Que A Mulher Moderna Deve Saber". Caixa 3876, São Paulo.

5800 no Rio
e em S Paulo / 2 - RR - 6

Nome

Rua

Cidade Estado

Figura 6 – “O que a Mulher Moderna deve Saber”. Anúncio de absorvente. Fonte: A Gazeta, 17 de janeiro de 1942, p.3. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A figura 6 representa um anúncio que remete a uma das modernidades da época, o absorvente “Modess”. Nesse período, os hábitos de higiene e limpeza, pessoal ou da casa, também se transformaram. Dentre os tantos novos produtos apropriados para as determinadas necessidades pessoais, os que mais se sobressaíram foram os de higiene pessoal. Conforme Mello e Novaes (1998), o avanço nesse segmento foi significativo. O uso do desodorante, da escova de dente e da pasta, que substituiu o sabão, o bicarbonato de sódio e outras iguarias, tornava-se, agora, acessíveis as camadas menos favorecidas economicamente.

Especificamente para mulheres, a beleza estava sendo modernizada com o acesso ao shampoo, ao condicionador, ao uso do *modess*, que substituiu o “paninho” caseiro tradicional. O anúncio intenciona dar credibilidade ao produto à medida que destaca a indicação da “Doutora Mary Kelly, enfermeira diplomada”, tratando-se de algo para a “mulher moderna”. Portanto, não só a imagem da enfermeira, como também a citação da indicação em dois espaços na mesma propaganda, é possível perceber a importância que a profissão enfermeira tinha na época, ou seja, o anúncio simbolicamente passava a mensagem de que ser enfermeira era ser uma mulher moderna, elegante, mulher do seu tempo.

Outra propaganda publicitária muito veiculada nos jornais da década de 1940, e em alguns meses do ano a publicação era diária, foi o anúncio de alguns produtos fabricados pelo laboratório Rhodia. Este anúncio destacava a imagem de uma enfermeira segurando o medicamento e abaixo mantinha sempre a legenda que legitimava os produtos anunciados: “A boa enfermeira”, “a guardiã do seu bem estar!”. Vale ressaltar que esse laboratório fabricava diversos medicamentos da época, e todos os anúncios portavam a mesma legenda e a mesma figura da enfermeira.

Foi interessante observar que, nas propagandas publicitárias que tinham como alvo as mulheres, muitos produtos eram expostos com a presença da imagem feminina; no entanto, os anúncios que portavam

alguma profissional como referência, caracterizando, assim, estímulo para consumo, eram sempre as enfermeiras, o que remete à dimensão do grau de importância na idealização do modelo de mulher que a enfermagem da época ocupava.

Contudo, a imagem da enfermeira não era usada somente para alcançar o público feminino ou dar visibilidade à enfermagem no sentido da sua arte, o cuidado. Existiam também alguns anúncios publicitários distantes desse contexto, que também se utilizaram de enfermeiras no sentido de, dar mais visibilidade ao produto em exposição. É o caso da empresa petrolífera *Shell*, que ao elaborar o anúncio publicitário informando um apelo nacional em prol da economia de petróleo para alimentar o mercado de armamento bélico, incorpora a imagem de uma enfermeira sob o contorno do mapa do país com o seguinte conteúdo textual: “O Brasil precisa de enfermeiras Samaritanas e Socorristas. Inscrevam-se hoje mesmo!” (*A Gazeta*, 7, novembro, 1942, p.7). É possível perceber a visibilidade do anunciante e do apoio a guerra na medida em que ressalta a questão do petróleo como munição, a imagem da enfermeira, necessária também na defesa nacional, e a composição desta imagem em intersecção com o mapa do Brasil.

Finalmente!

RHODINE

A boa enfermeira

A tradicional **RHODINE**, já tão familiar a todos por suas inigualáveis virtudes curativas, grande pureza e rigor científico na preparação, acaba de surgir com a embalagem modernizada e com a fórmula aperfeiçoada. • Esse auspicioso acontecimento vem preencher a lacuna existente na classe de produtos analgésicos e antifebrís. • **RHODINE** — a boa enfermeira — inicia, pois, uma nova trajetória como remédio infalível no combate às dores em geral, à gripe e aos resfriados. • Para o bem de sua saúde, procure conhecer imediatamente a nova embalagem e experimentar a nova fórmula de **RHODINE**, que já se acha à venda em todas as farmácias e drogarias do Brasil. • **RHODINE** traz a garantia do “R” da Rhodia, marca-símbolo dos produtos de valor!

O “R” da Rhodia é a “MARCA-SÍMBOLO” dos PRODUTOS de VALOR

DÓR • GRIPE • RESFRIADOS

RHODINE

CAFEINADA

A boa enfermeira

Figura 7 – Rhodine “A boa enfermeira”. A Gazeta, 1942. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A GUARDIÃ DO SEU BEM-ESTAR!

Para não sofrer

Dôres de Cabeça	Dôres de Dentes
Dôres de Ouvidos	Dôres Nevrálgicas
Dôres Reumáticas	Gripe e Resfriados

tôda pessoa deve trazer consigo e nunca deixar faltar em sua casa o remédio providencial: **RHODINE**.

De fato, **RHODINE** é um remédio em que se pode confiar pelo rigor científico de sua fórmula e pela garantia que lhe dão os grandes laboratórios da Rhodia.

RHODINE - a boa enfermeira - é a guardiã do seu bem-estar!

O "R" da Rhodia é a MARCA-SÍMBOLO dos PRODUTOS de VALOR

MODO DE USAR RHODINE

Contra as dôres em geral e para evitar a gripe e os resfriados, toma-se 1 ou 2 comprimidos a qualquer hora.

Se, porém, a gripe ou o resfriado já se manifestaram, toma-se 1 ou 2 comprimidos ao deitar, com um chá-de-canela bem quente.

RHODINE

CAFEINADA

A boa enfermeira

Figura 8 – A Guardiã do seu Bem-Estar. O anúncio destaca a enfermeira e complementa com conteúdo textual. *A Gazeta*, 1942. *A Gazeta*, 1942. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O Brasil precisa de Enfermeiras Samaritanas e Socorristas. Inscreva-se hoje mesmo!

PETRÓLEO É MUNIÇÃO
ECONOMIZEMOS
PARA A DEFESA!

Os suprimentos de petróleo, tão necessários à nossa defesa, comunicações e indústrias, dependem do transporte marítimo, com todos os seus riscos, dificuldades e incertezas.

Cooperemos, portanto, com as autoridades no reduzir nosso consumo de produtos de petróleo, para bem do Brasil.

ANGLO - MEXICAN PETROLEUM CO. LTD

SHELL

Figura 9 – O Brasil precisa de Enfermeiras Samaritanas e Socorristas. Inscrevam-se hoje mesmo! Anúncio publicitário da Shell, *A Gazeta*, 1942,p.7. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os anúncios publicitários veiculados no jornal *A Gazeta* permitiram dimensionar a visibilidade da enfermagem nos meios de comunicação de massa, sobretudo a maneira como eram representadas as várias tentativas de influenciar a opinião popular sobre a importância e o valor da profissão de enfermagem para o momento.

Durante a análise e a interpretação das três vertentes: o papel da imprensa sob intervenção do DIP, o uso da enfermagem na americanização e as propagandas publicitárias veiculando a imagem da enfermeira, todas essas fontes possibilitam construir algumas finalidades do estudo para a história da enfermagem. Pode-se entender o elevado número de anúncios da EECVB (FESP) chamando a população para fazer os cursos oferecidos na escola, como reconhecimento e exaltação do papel social exercido pela enfermagem, seja na assistência preventiva (saúde pública), seja na área curativa (hospitalar).

Outro aspecto que podemos interpretar é a sua importância enquanto instituição política. Percebe-se que a enfermeira tinha legitimidade na sua autonomia como educadora, formadora de cidadãos e mesmo como amparo aos menos favorecidos ou feridos, como no caso da guerra, considerando-se as propagandas veiculadas e o interesse dedicado pela EECVB como instituição sob responsabilidade do Estado, a expansão da categoria, seja como socorristas, samaritanas, bombeiras, etc. Podemos supor que o Estado acreditava na enfermeira como figura importante para propagar uma boa imagem da saúde nacional e mesmo como um modelo de mulher, ainda que existissem homens na profissão.

Em síntese, os achados do presente estudo possibilitaram uma análise de representações da enfermeira em dado recorte temporal e contexto da história da enfermagem brasileira. Assim, não se deve deixar de lado a tecitura de um paralelo com o cotidiano de muitos profissionais enfermeiros dos dias atuais, que se deparam, muitas vezes, com uma série

de divergências ideológicas entre a formação e a práxis, simbolizando “uma guerra” de interesses e de conflitos.

Talvez seja necessário repensar as representações da enfermeira no contexto dantes estudado, avaliando suas reminiscências até os nossos dias, porém avançando em direção aos caminhos que estão porvir e serem construídos, para que não se corra o risco de trilhar os caminhos traçados por forças e interesses alheios à coletividade da enfermagem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os períodos de guerra, sobretudo as grandes guerras mundiais (de 1914 a 1918 e de 1939 a 1945) foram permeados pelas atividades que compõem o universo do cuidado e das representações dos atores sociais envolvidos com essa prática. Mediante essa perspectiva da origem da enfermagem como atividade socialmente necessária e indispensável no contexto dos conflitos bélicos, é que se buscou, através deste estudo, o entendimento de suas raízes histórico-sociais e a veiculação simbólica em dado espaço temporal não muito distante (1942-1945), permitindo assim, identificarmos e refletirmos sobre sinais manifestos na prática cotidiana dos enfermeiros no que diz respeito a rupturas e permanências que se consolidaram ao longo do tempo.

A proposta central deste estudo foi identificar no jornal *A Gazeta*, de 1942-1945, da capital paulista, as notícias que eram veiculadas sobre a enfermagem da época, evidenciando naquelas publicações as matérias que retratavam a profissão da enfermagem, por considerarmos que esse era um dos pressupostos estratégicos da política varguista, mais especificamente do Estado Novo.

Ao considerar a enfermagem no contexto estudado e como se encontrava representada socialmente, sentiu-se a necessidade de se ultrapassar o nível da constatação sobre *o que* se passa na mentalidade social da época, para compreender *como e por que* essas percepções, atribuições e atitudes foram construídas e mantidas, recorrendo aos sistemas de significação socialmente enraizados e partilhados que as orientavam.

Em consonância com o contexto da época estudada, pode-se dizer que o papel das enfermeiras na orientação de condutas era representado pelas práticas sociais em relação à linguagem, à ideologia, assim

consolidando o imaginário social desejado pelas prerrogativas do governo vigente.

Desta forma, o pesquisador, ao debruçar sobre manifestações de uma profissão em determinado tempo e algumas perpetuações dos comportamentos por ela ensejados, deve, assim, considerar os valores, as motivações e outros temas similares, ao explicar o comportamento social perante um determinado fenômeno. (Alexandre, 2002)

Nesse sentido, ao analisarmos os documentos – caracterizados como figuras, fotografias e notas publicadas no jornal *A Gazeta* – percebeu-se que as representações em que a enfermagem era destacada articulavam-se com a política ditatorial no período, considerando-se que a presença e a imagem da enfermeira foram veiculadas no campo da propaganda política da época e da publicidade, além de outros segmentos sociais, em especial a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha, como centro formador de enfermagem.

Outro campo social de destaque para a enfermagem no contexto estudado referia-se à concretização de pressupostos da Fundação Rockefeller, fomentados pelos ideais da “Política da Boa Vizinhança” e evidenciados por meio de auxílios financeiros para enfermeiras brasileiras aperfeiçoarem seus estudos nos Estados Unidos, além do incentivo à criação de escolas de enfermagem no território nacional, como ocorreu naquela mesma década de 1940 com a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, vinculada à Faculdade de Medicina da mesma Universidade, à época da sua criação.

No bojo da americanização, evidenciaram-se veiculações de notas nos jornais sobre o papel da mulher norte-americana na guerra, ressaltando sua participação nesse evento e suas diversas maneiras de colaborar com a pátria, na condição de enfermeiras ou exercendo outras atividades que poderiam corroborar para o êxito bélico.

O presente estudo possibilitou, ainda, desvelar representações da enfermagem na imprensa paulista, no jornal *A Gazeta*, no recorte temporal escolhido, tornando possível a consecução dos objetivos previamente delineados para o referido estudo e alargando a compreensão acerca de sistemas de referência política da época varguista, que se apropriavam de classificações de grupos sociais e impunham seus próprios ideais e interpretações da realidade cotidiana.

Os documentos analisados no presente estudo, ainda que interpretados à luz do período histórico escolhido e dos fenômenos à sua volta, encontram ressonância com o presente e a interface com as práticas atuais e o reconhecimento da enfermagem como uma prática social importante e necessária. Assim, desde os primórdios, mas em especial com a influência do cristianismo, podem-se perceber símbolos ao longo da trajetória histórica da enfermagem, tais como abnegação, altruísmo, subserviência e caridade, cujas reminiscências marcaram, de modo indelével, a construção da identidade profissional do enfermeiro ao longo dos tempos, permanecendo imbuídos no imaginário social.

Nesse sentido, o jornal analisado nos permitiu perceber que a EECVB (FESP) teve grande contribuição na formação da opinião pública, pois desde a sua fundação e no decorrer de suas atividades até o período analisado, foi uma instituição que fomentou e consolidou qualificações femininas como primordiais para exercer a profissão de enfermagem, ainda que houvesse homens na referida instituição, mas o foco pautava-se no público feminino.

Conforme as notas veiculadas, é possível inferir que essa relevância na formação e na imagem da enfermagem se deve ao papel que a EECVB (FESP) desempenhou no período, enquanto instituição de ensino formadora oficial e qualificadora de diversas escolas de enfermagem na capital paulista. Dessa maneira, a contribuição da referida escola refletiu no quantitativo de mulheres formadas por ela, seja como enfermeiras, samaritanas, socorristas

e outras denominações comuns na época, além de outras atividades que oferecia como campo para atuação feminina em prol as questões tidas com patriotas. Sendo assim, a enfermagem paulista, no contexto ora analisado, projetava-se no cenário nacional e conquistava espaços sociais, definindo *onde e como* a enfermeira assumia seu papel na sociedade, consolidando a imagem da enfermeira como mãe-pátria e salvaguarda do *front* interno.

O processo histórico possibilita construções, reconstruções e consolidações acerca das representações da enfermeira na sociedade, que devem ser analisadas criticamente, podendo contribuir para a compreensão da enfermagem como prática social. Assim, a análise crítica do processo histórico da enfermagem pode corroborar para o processo de desconstrução de estereótipos da enfermagem e a consolidação de categorias de pensamentos ou ideologia imanente à uma dada realidade social e política, influenciando poderosamente nas representações e perspectivas do que é e do que representa uma dada categoria profissional. Acreditamos que se deva valorizar esse processo crítico e reflexivo no entorno da história da enfermagem, desde a formação do profissional até sua inserção e luta social pela valorização e o reconhecimento.

À medida que se compreende a história da profissão, torna-se possível desabrochar o senso crítico em relação às múltiplas competências da enfermagem, incluindo o *saber-ser*, o *saber-fazer* e o *saber-conhecer*. Com isto, espera-se poder valorizar o processo histórico ao planejar e estabelecer diretrizes e metas, coletivas e consensuais, que englobem tais competências que norteiam a assistência e o gerenciamento dos serviços de saúde e de enfermagem.

Desse modo, as representações refletem e propulsionam determinadas práticas sociais, de maneira que podem influir, poderosamente, nas percepções e nas crenças do que seja a enfermagem como prática social, transformando ou desconstruindo certas representações, dantes vistas da enfermeira, como aquela que age com as

“mãos carinhosas e as palavras dóceis”, adjetivos peculiares à enfermeira como agente social de uma prática e que se encontram presentes desde seus primórdios.

Em suma, a consecução deste estudo nos possibilitou perceber que os resultados de uma reflexão sobre os fatos do passado e que compreendem a trajetória da história da enfermagem no Brasil não se esgotam, suscitando novas indagações e requerendo mais investimentos e descobertas. Certamente, não se trata de um estudo pronto e acabado, nem era essa sua pretensão inicial. Pretendeu-se, ao contrário, contribuir para as abordagens referentes às questões relativas à construção identitária da enfermagem no cenário e no recorte temporal delineados para a pesquisa. Assim, a conclusão dessa etapa do estudo reforça a necessidade de debruçar-se com mais vagar, aprofundando e propondo novos questionamentos sobre o passado, articulando-os com os processos atuais, tendo em vista a perspectiva do futuro da profissão e o campo de atuação profissional.

8 REFERÊNCIAS

Alexandre, M. Representação Social: uma genealogia do conceito. Rev Comum. 2004; 10(23): p.122-38.

Alves P. Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: Creddo MCS. Fontes históricas: Abordagens e métodos. Assis: UNESP; 1996. p.33-7

Barbosa WN. O Historiador e o fato histórico: um diálogo através da fonte. Caminhos da História. Montes Claros. 1999; 4(4): 7-32.

Barreira, IA. Memória e história para uma nova visão da enfermagem no Brasil. Rev.latino-am.enfermagem. 1999; 7(3):87-93.

Barros JD. O Campo da História: especialidades e abordagens. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2009.

Baptista TWF. História das políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: Matta CG, Pontes ALM, organizadores. Políticas de Saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2007.

Beloch I, Abreu AA, coordenadoras. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930/1983. Rio de Janeiro: FGV; 1984. A Gazeta; p.1444-6. v. 2.

Bernardes MMR, Lopes GT, Santos TCF. O Cotidiano das enfermeiras do exército da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no Teatro de Operações da 2ª Guerra Mundial, na Itália (1942-1945). Rev.latino-am.enfermagem. 2005; 13(3): 314-21.

Burke P. Testemunha Ocular: história e imagem. Bauru: EDUSC; 2004.

Caleiro RCL. O positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana. Unimontes científica. 2002; 4(2).

Capelato MH. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: Pandolfi D, organizadora. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FVG; 1999. p. 167-78.

Chauí M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática; 2000. Para que filosofia?; p. 5-17.

Cruz Vermelha Brasileira Filial de São Paulo. Regulamento de Formatura da 1ª Turma da Escola de Enfermagem. São Paulo; 1940.

Cytrynowicz R. Guerra sem Guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a segunda guerra mundial. São Paulo: Edusp; 2002.

Ferreira J. De Roosevelt, mas também de Getúlio: o Serviço Especial de Saúde Pública. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. 2007; 14(4): p 1425-28.

Folha de São Paulo, coordenação e organização. Coleção Folha Grandes Mestres da Pintura: Pablo Picasso. Barueri; Editorial Sol; 2007. V 6.

Guran M. Linguagem Fotográfica e Informação. Rio de Janeiro: Rio fundo; 1992, p.51.

Jornal A Gazeta. A guardiã do seu bem estar. In: Jornal A Gazeta. Número 093/97/98/99/100/101. 1942-1943.

Jornal A Gazeta. A mulher na guerra. In: Jornal A Gazeta. Número 93/100. 2/10/1942. p. 5

Jornal A Gazeta. A participação da mulher na guerra. In: Jornal A Gazeta. Número 093/97. 4/03/1942. p. 8

Jornal A Gazeta. Brasileiro! Estes olhos mesmo a distancia te interrogam: cumpreste hoje os teus deveres para com a pátria? Responde. In: Jornal A Gazeta. Número 093/99. 24/09/1942. p. 1

Jornal A Gazeta. Cruz Vermelha Brasileira. In: Jornal A Gazeta. Número 093/97. 7/01/1942. P. 5

Jornal A Gazeta. Curso de Enfermagem de emergência na Escola Paulista de Medicina. In: jornal A Gazeta. Número 093/99. 19/09/1942. p.7

Jornal A Gazeta. Edital – Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo e Curso de Enfermagem Obstétrica. In: Jornal A Gazeta. Número 093/97. 26/01/1942. p. 3

Jornal A Gazeta. Enfermagem. In: jornal A Gazeta. Secção feminina “Sua página, senhora!... Número 093/99. 30/09/1942. p. 8.

Jornal A Gazeta. Enfermeira alemã foi presa. In: Jornal A Gazeta. Número 093/99. 23/07/1942. p. 6

Jornal A Gazeta. Homenagem a um sargento-enfermeiro. In: Jornal A Gazeta. Número 093/100. 14/12/1942. p. 5

Jornal A Gazeta. O Brasil precisa de enfermeiras samaritanas e socorristas. Inscrevam-se hoje mesmo. In: Jornal A Gazeta. Número 093/100. 7/11/1942. p. 7

Jornal A Gazeta. O que a mulher moderna deve saber. In: Jornal A Gazeta. Número 093/97. 17/01/1942. p. 3

Jornal A Gazeta. O que é o curso de enfermagem de emergência da Cruz Vermelha. In: Jornal A Gazeta. Número 093/97. 2/02/1942. p. 5

Jornal A Gazeta. Um juramento e um símbolo. In: Jornal A Gazeta. Número 093/100. 5/12/1942. p. 3

Jornal A Gazeta. Uma enfermeira paulista vence a primeira bolsa de estudos Rockefeller. In: Jornal A Gazeta. Número 093/99. 17/08/1942. p. 8

Jornal A gazeta. Women´s Defense. In: jornal a gazeta. Número 093/97. 4/02/1942. p. 8

Kossoy B. Realidades e Ficções na Trama Fotográfica. 3ª ed. Cotia: Ateliê; 2002.

Leopardi MT, Gelbcke FL, Ramos FRS. Cuidado: objeto de trabalho ou objeto epistemológico da enfermagem? Texto & Contexto Enferm 2001; 10(1): p.39-49.

Luca TR. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: Martins AL, Luca TR. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto; 2008.

Mann PH. Métodos de Investigação Sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro. Zahair. 1975. Documentação como fonte de dados: p.60-88.

Mello JMC, Novais FA. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: Schwarcz LM, organizadora. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 1998. p. 560-658. V.4

Monteiro BA. Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Escolas de Enfermagem na Década de 1960: uma visão Histórica [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2009.

Moreira MCN. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. 1999; v(3): p.621-45.

Mott ML, Tsunehiro MA. Os cursos de enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira e o início da Enfermagem profissional no Brasil. Rev. Bras. Enferm. 2002; 55(5): p. 592-9.

Mott ML. Revendo a história da enfermagem em São Paulo (1890-1920). Cadernos Pagu. 1999; v(13): p. 327-355.

Oguisso T, Dutra VO, Souza Campos PF. Cruz Vermelha Estado de São Paulo: Formação em Tempo de Paz. Barueri: Manole; 2009.

Oguisso T. Origens da prática do cuidar. In: Oguisso T, organizador. Trajetória histórica e legal da enfermagem. Barueri: Manole; 2005. p.3-29.

Padilha MICS, Borenstein MS. O método de pesquisa histórica na enfermagem. Texto Contexto Enferm. 2005; 14(4): 575-84.

Perrot M. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto; 2007.

Porto F, Santos TCF. A divulgação da competência técnica em socorro das enfermeiras da Cruz Vermelha (SP) nas circunstâncias da Primeira Guerra Mundial (1917-1918). Rev Eletrônica de Enfermagem. 2006; 8(2): p273-81. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_2/v8n2a12.htm.

Porto F. Enfermagem: Cruz Vermelha Brasileira e Anna Nery: 1915-1956 [relatório de pesquisa]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2009.

Porto F, Freitas GF, González JS. Fontes históricas e ético-legais: possibilidades e inovações. Rev Cultura de los Cuidados. 2009; 13(25), p. 46-53.

Porto F, Souza Campos PF, Oguisso T. Cruz Vermelha Brasileira (Filial São Paulo) na imprensa (1916-1930). Esc Anna Nery Rev Enferm. 2009; 13(3): p. 492-9.

Rolnik R. São Paulo. São Paulo: Publifolha; 2001.

Rudio FV. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 31^a ed. Rio de Janeiro: Vozes; 1986.

Santos TCF, Barreira IA. O Poder Simbólico da Enfermagem Norte-Americana no ensino da Enfermagem na Capital do Brasil (1928-1938). Rio de Janeiro: Anna Nery/UFRJ; 2002.

Sevcenko N. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: Sevcenko N, organizador. História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

Sharpe J. A História vista de baixo. In: Burke P, organizador. A Escrita da História. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP; 1992. p.39-62.

Souza Campos PF. Fundamentos para Pesquisa em história da Enfermagem. In: Oguisso T. Trajetória Histórica e Legal da Enfermagem. Barueri: Manole; 2007.

Silva GB. Enfermagem Profissional. Análise crítica. São Paulo. Cortez; 1986.

Simili IG. Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência. Estudos Ibero-Americanos. 2007; 33(1):p. 160-71.

Sodré NW. História da Imprensa no Brasil. 4^a ed. Rio de Janeiro: Mauad; 1999.

Tota A P. O Imperialismo Sedutor. A americanização do Brasil na Segunda Guerra. São Paulo: Companhia da Letras; 2000.

9 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Andrews GR. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru: EDUSC; 1998.

Alves V. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Edições Loyola; 2002.

Bassanezi C. Mulheres dos Anos Dourados. In: Priori MD. História das Mulheres no Brasil. São Paulo. Contexto; 2008.

Bernardi C. O Lendário Meneghetti. São Paulo: Annablume; 2000.

Castro Santos LA. A duras penas: estratégias, conquistas e desafios da enfermagem em escala mundial. Hist Cienc Saúde-Manguinhos. 2008 [acesso 2008 Mai 08]; 15(1). Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci=arttex&pid=S0104-59702008000100002&ln>

Collière MF. Promover a vida. Lisboa: Printipo; 1989.

Cytrynowicz R. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Hist. Cien. Saúde-Manguinhos. 2000 [acesso 2006 ago 30]; 7(1). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000200004

Kossoy B. Fotografia & História. 2ª ed. Cotia: Ateliê; 2003.

Leite, MM. Retratos de família. Leituras da fotografia histórica. São Paulo: EDUSP; 1993.

Levine, LM. Pai dos pobres: O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras; 2001.

Luca TR. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky CB, organizadora. Fontes Históricas. São Paulo. Contexto; 2008.

Maluf M, Mott ML. Recônditos do mundo feminino. In: Sevcenko N, organizador. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras; 2008. V 3

Mott ML, Oguisso T. Discutindo os primórdios do ensino de enfermagem no Brasil: o Curso de Enfermeiras da Policlínica de Botafogo (1917-1920). Rev Paul Enferm. 2003; 22(1): p. 82-92.

Porto F, Amorim W, organizadores. História da Enfermagem Brasileira. Rio de Janeiro. Águia Dourada; 2007.

Rago M. Trabalho feminino e sexualidade. In: Priori MD. História das Mulheres no Brasil. São Paulo. Contexto; 2008.

Souza Campos PF, Oguisso T. A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e a reconfiguração da identidade profissional da Enfermagem Brasileira. Rev Bras Enferm. 2008; 61(6): p. 892-8.

Telles IM. Histórico da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira. Rev Bras de Enferm. 1963; p. 153-9.

[illegible]